



Universidade de Brasília  
Instituto de Ciências Humanas  
Departamento de Geografia

GUILHERME AUGUSTO OLIVEIRA MACHADO DE SOUZA

**GEOGRAFIA E CENTRALIDADE COMERCIAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE:  
DA PRETÉRITA CIDADE LIVRE AO QUADRO ATUAL**

Brasília, 2014



Universidade de Brasília  
Instituto de Ciências Humanas  
Departamento de Geografia

GUILHERME AUGUSTO OLIVEIRA MACHADO DE SOUZA

**GEOGRAFIA E CENTRALIDADE COMERCIAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE:  
DA PRETÉRITA CIDADE LIVRE AO QUADRO ATUAL**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Geografia pela Universidade de Brasília sob orientação do Prof. Dr. Everaldo Batista Costa.

Brasília, 2014

GUILHERME AUGUSTO OLIVEIRA MACHADO DE SOUZA

**GEOGRAFIA E CENTRALIDADE COMERCIAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE:  
DA PRETÉRITA CIDADE LIVRE AO QUADRO ATUAL**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Geografia pela Universidade de Brasília sob orientação do Prof. Dr. Everaldo Batista Costa.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa – GEA/UnB  
(orientador)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Shadia Hussein – GEA/UnB

---

Prof. Me. Rafael Fabrício de Oliveira – GEA/UnB  
(doutorando em Geografia)

Aprovado em: \_\_\_/08/2014

Brasília, \_\_\_ de Agosto de 2014

*Dedico este trabalho à minha cidade natal e local de residência por toda minha vida, Brasília. Mas não a Brasília tombada, patrimônio da humanidade e exaltada através dos discursos oficiais. Dedico às periferias dessa cidade e a toda sua população humilde e “invasora” que foi ignorada ao longo dos anos e teve sua história negligenciada e mal contada.*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, inteligência suprema que rege harmoniosamente todo o universo e todos os seres de modo onisciente e onipotente e que, sem a sua vontade e consentimento, nada acontece. A Ele, toda honra e toda a glória.

Aos meus pais que, apesar de enxergar o mundo e a vida de outra maneira, indubitavelmente sempre quiseram o meu melhor e me proveram com uma vida confortável e cheia de oportunidades conquistadas com muito suor e trabalho. Pelos seus esforços e sacrifícios, pela criação que recebi juntamente com os valores que me passaram, o meu agradecimento.

Aos meus professores e mestres e aqui me refiro a todos, não só os da Universidade. A todos os que me ajudaram a compor o meu saber, desde os conhecimentos mais fundamentais aos mais complexos. Saibam que para mim não há profissão mais nobre.

Aos meus colegas universitários que por anos dividiram momentos de muita luta e que, tanto em discussões de cunho acadêmico quanto em conversas informais, me ensinaram a respeitar o diverso e a opinião alheia, assim como enxergar lados diferentes de uma mesma situação.

A todos os que cooperaram de boa vontade para a viabilização deste trabalho: entrevistados, comerciantes, feirantes, amigos, servidores públicos e todos os demais. Em especial agradeço meu parceiro Cláudio Moura “Burgas” e a minha namorada e companheira de campo, Lívia Marra.

Por fim, por mais irônico que possa parecer, agradeço também a todos os que algum dia, de alguma maneira, tentaram me desestimular de ingressar em uma Universidade Federal ou de cursar Geografia dizendo, simplesmente, que não valia a pena ou que tal escolha não traria frutos. Toda a descrença e negatividade lançadas só serviram de estímulo para essa conquista e para outras que também virão.

“Sei bem - todos o sabem - que os episódios do erguimento desta cidade, mesmo os mais obscuros, figurarão na história que escrevestes com o vosso suor. Um dia virá alguém que fixará no papel vossa vida de Candangos. As gerações futuras desejarão saber tudo o que aconteceu na Capital da Esperança.”

Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Discurso de inauguração de Brasília, 20 de Abril de 1960.

## RESUMO

O presente trabalho visa analisar Cidade Livre (atual Região Administrativa do Núcleo Bandeirante) através de uma perspectiva histórico-comercial. A história da localidade está vinculada à construção de Brasília e às migrações inter-regionais rumo ao Planalto Central ocorridas àquela época. Criada para ser um reduto abastecedor provisório da capital em construção, a localidade foi o primeiro centro do Distrito Federal e exercia sua centralidade através das possibilidades de consumo e dos serviços lá disponibilizados. As facilidades de acesso e circulação encontradas em Cidade Livre, bem como sua liberdade de ação, contrastavam com o rigor dos acampamentos de construção e, conseqüentemente, fizeram o reduto comercial tornar-se o polarizador dos fluxos migratórios àquela época tornando-se, também, marco inicial da produção urbana do espaço do Distrito Federal. Apesar dessa importância adquirida, após sua fixação (no ano de 1961), Cidade Livre perdeu, gradualmente, sua importância enquanto centro e não conseguiu se manter na vanguarda comercial da capital tendo sua centralidade se introvertido ao longo das décadas. Dessa maneira, busca-se entender os motivos que ocasionaram sua criação, sua importância enquanto centro comercial, seu valor simbólico, sua fixação e sua posterior perda de centralidade no âmbito do Distrito Federal. Para alcançar tais objetivos foram utilizados como métodos de análise, além da pesquisa bibliográfica, visitas *in loco* e entrevistas com freqüentadores da localidade

**Palavras-chave:** Brasília, Cidade Livre, Núcleo Bandeirante, construção, comércio, centro, centralidade, consumo

## **ABSTRACT**

The present work aims to analyze Cidade Livre (Administrative Region of Núcleo Bandeirante nowadays) through a historical and commercial perspective. The history of the town is linked to the construction of Brasília and inter-regional migrations to the Central Plateau occurred at that time. Created to be the temporary stronghold supplier of the under construction capital, the locality was the first center of the Federal District and exerted its centrality through the consumption possibilities and the services available over there. Ease access and circulation found in Cidade Livre as well as its freedom of action, contrasted with the rigor of construction camps. Under this scenery the commercial stronghold became the polarizer of migration at that time and also turned into the initial landmark for the production of urban space in the Federal District. Despite this importance acquired, after its fixation (in 1961), Cidade Livre lost gradually its importance as a center and could not keep in the commercial forefront of the capital resulting the introversion of its centrality over the decades. Thus, we seek to understand the reasons that led to its creation, its importance as a commercial center, its symbolic value, its fixation and subsequent loss of centrality within the Federal District. To achieve such goals it was used as analysis methods, besides bibliographical research, visits *in loco* and interviews with goers.

**Key-words:** Brasília, Cidade Livre, Núcleo Bandeirante, construction, commerce, center, centrality, consumption



## ABSTRACTO

El siguiente trabajo tiene como objetivo analizar Cidade Livre (actual Región Administrativa de Núcleo Bandeirante) por medio de una visión histórico-comercial. La historia de la localidad está encuadrada a la construcción de Brasilia y a las migraciones inter-regionales en dirección a la Meseta Central ocurridas en aquella época. Creada para ser un reducto abastecedor provisorio de la capital en construcción, la localidad fue el primer centro del Distrito Federal que ejercía su centralidad por medio de las posibilidades de consumo y de los servicios allá disponibles. Las comodidades de acceso y movimentación encontrados en la Cidade Livre, así como su libertad de acción, contrastaban con el rigor de los campamentos de construcciones y, consecuentemente, hacerlo el reducto comercial convertirse en un centro de migrantes de aquella época, convirtiéndose, también, en una marca inicial de la producción urbana del espacio de Distrito Federal. Sin embargo, seguida su fijación (en el año de 1961), Cidade Livre fue gradualmente perdiendo su importancia como centro y no pudo mantenerse en la vanguardia comercial teniendo su centralidad introvertiéndose a lo largos del tiempo. De este modo, tratamos de comprender los motivos que ocasionaran su creación, su importancia como centro comercial, su valor simbólico, su fijación e su posterioridad perda de centralidad en el Distrito Federal. Para lograr estos objetivos se utilizaron como métodos de análisis, además de la investigación de la literatura, visitas *in loco* y entrevistas con asistentes de la localidad.

**Palabras clave:** Brasília, Cidade Livre, Núcleo Bandeirante, construcción, comércio, centro, centralidad, consumo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	15
1.1 JUSTIFICATIVA .....	17
1.2 OBJETIVO PRINCIPAL.....	17
1.3 OBJETIVOS SECUNDARIOS .....	17
1.4 HIPÓTESE.....	18
1.5 METODOS E METODOLOGIA .....	18
1.5.1 Pesquisas bibliográficas .....	18
1.5.2 Utilização de imagens e conteúdo fotográfico .....	19
1.5.3 Pesquisas de campo.....	19
1.5.4 Entrevistas .....	19
<b>2 DAS POLÍTICAS DESENVOLVIMENTISTAS À CIDADE LIVRE/NÚCLEO BANDEIRANTE</b> .....	21
2.1 O APOIO POLÍTICO AO GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHEK .....	21
2.2 O PAPEL DE BRASÍLIA NA POLÍTICA DE JUSCELINO KUBITSCHEK .....	25
2.3 OS CANDANDOS E A CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA .....	28
2.4 A CRIAÇÃO DE CIDADE LIVRE/NÚCLEO BANDEIRANTE .....	30
2.5 A FIXAÇÃO DE CIDADE LIVRE/NÚCLEO BANDEIRANTE.....	35
<b>3 CONTRIBUIÇÕES DA GEOGRAFIA URBANA</b> .....	43
3.1 CENTRO E CENTRALIDADE: CONCEITOS PARA ANÁLISE DE CIDADE LIVRE/NÚCLEO BANDEIRANTE.....	43
3.2 CIDADE LIVRE/NÚCLEO BANDEIRANTE: UMA EXPRESSÃO DO CIRCUITO INFERIOR DA ECÔNOMIA.....	48

3.3 O COMÉRCIO E O CONSUMO EM CIDADE LIVRE/NÚCLEO BANDEIRANTE COMO FATORES INICIAIS DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DO DF .....	59
<b>4 DA GRADUAL PERDA DE CENTRALIDADE AO QUADRO ATUAL.....</b>	<b>63</b>
4.1 AS POLITICAS DE “DESCOMPRESSÃO” DE CIDADE LIVRE/NÚCLEO BANDEIRANTE: AS QUESTÕES COMERCIAL E HABITACIONAL COMO MAZELAS NO URBANISMO DA NOVA CAPITAL.....	63
4.1.1 A questão comercial/empresarial e a perda de força política.....	63
4.1.2 A questão habitacional e a dispersão da população invasora.....	68
4.2 O QUADRO COMERCIAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE NA ATUALIDADE....	77
4.2.1 Análise da atual centralidade comercial do Núcleo Bandeirante a partir de visitas <i>in</i> <i>loco</i> e observações empíricas .....	80
4.2.2 Análise da atual centralidade comercial do Núcleo Bandeirante a partir de entrevistas e conversas com frequentadores.....	89
<b>5 CONCLUSÕES ACERCA DA ATUAL CENTRALIDADE COMERCIAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE .....</b>	<b>93</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>95</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>96</b>

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: MIGRANTES DESEMBARCANDO DO “PAU DE ARARA” EM CIDADE LIVRE .....	33
FIGURA 2: IMAGEM AÉREA DE CIDADE LIVRE INÍCIO DE SUA CONSTRUÇÃO.. .....	36
FIGURA 3 IMAGEM AÉREA DE CIDADE LIVRE/NÚCLEO BANDEIRANTE E SUAS IMEDIAÇÕES . ....	37
FIGURA 4: IMAGEM AÉREA DA INVASÃO VILA IAPI .....	37
FIGURA 5: MOBILIZAÇÃO DE TRABALHADORES NO NÚCLEO BANDEIRANTE NO ANO DE 1964... ..	42
FIGURA 6: EXEMPLO DE UMA MERCEARIA DE CIDADE LIVRE. ....	53
FIGURA 7: CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO EM CIDADE LIVRE.....	54
FIGURA 8: CINEMA EM CIDADE LIVRE.....	54
FIGURA 9: IMAGEM ONDE É POSSÍVEL VER O ARRANJO EM AVENIDAS DA LOCALIDADE .....	55
FIGURA 10: CIRCULAÇÃO A PÉ DA CLIENTELA PELO REDUTO COMERCIAL.. .....	56
FIGURA 11: FEIRA EM CIDADE LIVRE/NB. ....	57
FIGURA 12: MAPA DA BACIA HIDROGRAFIA DO PARANOÁ E SUAS SUB-BACIAS.....	73
FIGURA 13: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO NÚCLEO BANDEIRANTE.....	78
FIGURA 14: MERCADO DO NB, CHAMADO POPULARMENTE DE “MERCADÃO”. .....	78
FIGURA 15: FEIRA PERMANENTE DO NÚCLEO BANDEIRANTE.....	79
FIGURA 16: AVENIDA CENTRAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE. ....	79
FIGURA 17: SETOR DE OFICINAS DO NÚCLEO BANDEIRANTE. ....	79
FIGURA 18: TRANSEUNTE NA AVENIDA CENTRAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE. ....	81
FIGURA 19: HABITAÇÕES NAS SOBRELOJAS DA AV. CENTRAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE.....	81
FIGURA 20: AMBULANTES E CAMELÔS NA AVENIDA CENTRAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE.....	82
FIGURA 21: SERVIÇOS E COMÉRCIO NO SETOR DE OFICINAS DO NÚCLEO BANDEIRANTE.....	83
FIGURA 22: COMÉRCIO DE FRUTAS, VERDURAS E HORTALIÇAS NA FEIRA PERMANENTE DO NB. .....	83
FIGURA 23: BANCA DE DOCES, TEMPEROS E “GARRAFADAS” NA FEIRA PERMANENTE DO NÚCLEO BANDEIRANTE. ....	84

FIGURA 24: VENDA DE QUEIJOS, MEL, DOCES E FRIOS NA FEIRA PERMANENTE DO NÚCLEO BANDEIRANTE.....	84
FIGURA 25: FREQUENTADORES DOS BARES E RESTAURANTES DA FEIRA PERMANENTE DO NÚCLEO BANDEIRANTE NO HORÁRIO DO ALMOÇO. ....	85
FIGURA 26: CONCORRÊNCIA ENTRE A FEIRA PERMANENTE DO NÚCLEO BANDEIRANTE E UMA GRANDE REDE DE SUPERMERCADOS. ....	86
FIGURA 27: EXEMPLIFICAÇÃO DOS PRODUTOS VENDIDOS NO “MERCADÃO”.....	87
FIGURA 28: MERCEARIA LOCALIZADA NO “MERCADÃO” .....	87
FIGURA 29: SALÃO DE BELEZA NO “MERCADÃO” .....	88
FIGURA 30: ATELIÊ DE COSTURA NO “MERCADÃO” .....	88

## **LISTA DE SIGLAS**

ACB - Associação Comercial de Brasília

BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

CEI – Comissão de Erradicação de Invasões

CEMIG - Companhia Elétrica de Minas Gerais

CN – Congresso Nacional

CNP - Conselho Nacional da Petrobras

CSN - Companhia Siderúrgica Nacional

CSNHP - Comissão de Supervisão dos Núcleos Habitacionais Provisórios

DF – Distrito Federal

EPIA – Estrada Parque Indústria e Abastecimento

EPTC – Estrada Parque Contorno

FERTISA - Fertilizantes S.A.

GEICON - Grupo Executivo da Indústria de Construção Naval

GEPAFI - Grupo Executivo para Assentamentos de Favelas e Invasões

ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros

INIC - Instituto Nacional de Imigração e Colonização

JK – Juscelino Kubitschek

MPFNB – Movimento Pró-Fixação do Núcleo Bandeirante

NB – Núcleo Bandeirante

NOVACAP - Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

PLANIDRO – Plano Diretor de Água, Esgoto e Controle da Poluição do Distrito Federal

PSD - Partido Social Democrata

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

RA – Região Administrativa

SFH - Sistema financeiro de Habitação

SHIS - Sociedade de Habitações de Interesse Social

UDN - União Democrática Nacional

## 1 INTRODUÇÃO

No final da década de 1950 e início da década de 1960, vigorou no Brasil a política desenvolvimentista do então presidente Juscelino Kubitschek (JK) que dizia ser esse o meio pelo qual o país iria se modernizar e sair da inércia econômica. Dentre as metas de desenvolvimento de Juscelino, a mais ambiciosa era, sem dúvida, a construção de uma nova capital no interior no país, a cidade de Brasília (MARANHÃO, 1982).

Tal ambição era justificada por fatores históricos, geográficos e econômicos que embasavam a epopéia do erguimento da capital numa localidade que, via de regra, estava desarticulada do restante do território nacional. Apesar da descrença de muitos políticos e das dúvidas da população quanto à viabilidade de uma obra de tal proporção em um período muitíssimo curto de tempo (isto é, o período de seu mandato), Juscelino sancionou em Setembro de 1956 a lei N° 2874 que determinava a mudança da capital para o Planalto Central (TEIXEIRA, 1982).

Brasília, nesse sentido, teria um caráter quase que “civilizador”, povoando o interior brasileiro e articulando o território nacional através de uma extensa malha viária construída em sua função (HOLSTON, 1993). Juscelino estava tão convicto do sucesso dessa gigantesca empreitada que incutia na população - através de discursos inflamados - a importância dessa obra, como podemos ver em uma de suas falas:

Somos geograficamente um dos maiores países deste planeta, onde vive um povo em condições de aperto. Em torno de nós, a vastidão, os descampados, o país a conquistar, sítios admiráveis e, no entanto, nos agrupamos a beira mar, espiando as fases das marés. Constitui um refrão monótono dizermos que necessitamos ocupar o nosso país, possuir a terra, marchar para o oeste, voltar as costas ao mar, e não permanecer eternamente com o olhar fixo nas águas como se pensássemos em partir. Do Brasil nenhum de nós partirá jamais, porque esta é nossa nação e pátria. A fundação de Brasília é um ato político cujo alcance não pode ser ignorado por ninguém. É a marcha para o interior em sua plenitude. É a completa consumação da posse da terra. Vamos erguer no coração do nosso país um poderoso centro de irradiação de vida e progresso. (*In*: OLIVEIRA, T. M., 2007, p. 79)

Em verdade, o erguimento de Brasília não teria sido possível se tal fato não fosse de encontro aos interesses das elites agrárias e industriais brasileiras (TEIXEIRA, 1982). Apesar disso, Juscelino conseguiu através de seus discursos - como o anterior - o apoio popular necessário para viabilizar a construção da capital.

Nesse sentido, a propaganda governamental à época convidou a população para trabalhar na construção da capital difundindo a idéia que Brasília seria uma terra de



oportunidades múltiplas onde todos, de alguma maneira, seriam beneficiados com sua implantação (TEIXEIRA, 1982). Atendendo ao chamado presidencial e acreditando que de fato surgia um novo “Eldorado” no interior do país, os “titãs anônimos” - como foram chamados os trabalhadores da construção - migraram para a capital em construção para fazer história, mas, sobretudo, para melhorar sua condição social. Essa massa migrante ficou conhecida como *candagos*, termo de origem africana mas que foi resignificado para definir o perfil dos primeiros a chegar a Brasília: retirantes de baixa qualificação em busca de oportunidades no centro urbano que se formava (HOLSTON, 1993)

Para atender as necessidades do imenso contingente *candango*, o governo criou na época da construção (mais precisamente em Dezembro de 1956) um centro abastecedor provisório, a chamada Cidade Livre. Essa localidade teria apenas uma função mantenedora provisória sendo sua erradicação marcada para antes da inauguração de Brasília. Em Cidade Livre deveria haver tudo aquilo que fosse necessário para manter os trabalhadores da época: lazer, alimentação, bancos, dentistas, médicos, feiras, açougues, etc.(HOLSTON, 1993) Dessa maneira, pode-se dizer que a localidade foi o primeiro centro do Distrito Federal (DF) e exercia uma centralidade pretérita baseada nas atividades de comércio e consumo lá disponibilizadas.

O crescimento e importância adquiridos por Cidade Livre superaram em muito as estimativas governamentais quanto ao número de habitantes e quanto a seu valor simbólico. Dessa maneira, o reduto comercial pode ser entendido, também, como marco inicial da produção urbana do espaço do DF já que era o único aglomerado urbano àquela época e não era um espaço vinculado às atividades de construção (HOLSTON, 1993). Apesar dessa importância adquirida, da simbiose existente entre comerciantes, *candagos* e migrantes invasores<sup>1</sup> e da conquista quanto à fixação definitiva no ano de 1961, a centralidade comercial de Cidade Livre se introverteu ao longo das décadas.

O reduto que era o polarizador das migrações e o dinamizador da economia do DF em construção sofreu políticas de “descompressão” por parte do Estado e, também, dentro da evolução dos aglomerados urbanos do DF, não conseguiu manter-se na vanguarda comercial da nova capital. Dessa forma, o presente trabalho debruça-se sobre essa questão, a análise comercial da atual cidade-satélite do Núcleo Bandeirante (NB) - antiga Cidade Livre - desde sua centralidade pretérita aos dias atuais.

---

<sup>1</sup> Os termos *invasão* e *invasores* foram conferidos aos migrantes pelo discurso oficial para designar toda a população indesejada e suas habitações. Esses termos, ao serem utilizados neste trabalho, referem-se à retórica governamental da época, somente.

## 1.1 JUSTIFICATIVA

A análise histórico-comercial da cidade-satélite do Núcleo Bandeirante é um tema ainda pouco explorado pelas pesquisas acadêmicas. Apesar da localidade ser o marco inicial da produção urbana do espaço do Distrito Federal devido às atividades comerciais lá iniciadas à época da construção de Brasília, percebe-se que há uma lacuna quanto aos estudos acerca de sua Geografia comercial. Há um *déficit* de trabalhos que se debrucem sobre a história do local que fica, dessa maneira, desarticulado e desvinculado da temática de erguimento da capital.

Além disso, dentro dos estudos existentes sobre a Geografia do Distrito Federal e sobre Brasília enquanto cidade já consolidada, pouco é falado sobre História por trás da História, ou seja, retratam, em sua maioria, aspectos de uma cidade virtual e erguida como se somente por figuras célebres perpetuando uma idéia dominante que exclui personagens e lugares “distópicos” que compuseram e ainda compõe a cidade. Logo, há também uma importância sócio-política neste estudo já que objetiva expor fatos, personagens e lugares que têm suas histórias negligenciadas ou mal contadas.

Desse modo, entender o processo histórico do Núcleo Bandeirante quanto a questões comerciais possibilita entender, também, os processos de conformação do Distrito Federal enquanto aglomerado urbano e de Brasília como capital.

## 1.2 OBJETIVO PRINCIPAL

Analisar a centralidade comercial do Núcleo Bandeirante desde os seus primórdios – quando a localidade ainda se chamava Cidade Livre – até o quadro atual.

## 1.3 OBJETIVOS SECUNDARIOS

- a) Retomar o processo de criação da localidade como centro comercial provisório até o momento de sua fixação como periferia legal do Distrito Federal;

- b) Entender a importância que a localidade tinha para a população *candanga* do Distrito Federal e, também, sua importância enquanto primeiro aglomerado urbano da capital em construção;
- c) Retratar o quadro comercial do Núcleo Bandeirante na atualidade apontando seus principais pontos comerciais; e
- d) Verificar a existência de uma centralidade comercial a partir do Núcleo Bandeirante, seu alcance e a população sob sua influência.

## 1.4 HIPÓTESE

Diante da evolução e expansão urbana do Distrito Federal, do surgimento de novos aglomerados habitacionais, da ocorrência de processos de *multicentralização* e devido à falta de interesse governamental em conferir uma importância maior ao Núcleo Bandeirante, a centralidade comercial exercida à época de Cidade Livre se introverteu ao longo das décadas resultando, na atualidade, em um alcance pouco expressivo da localidade no âmbito da capital consolidada.

## 1.5 METODOS E METODOLOGIA

### 1.5.1 Pesquisas bibliográficas

Para compor este trabalho e falar sobre o processo histórico-comercial do Núcleo Bandeirante, fez-se necessário fazer um recorte histórico que abrangesse as políticas vigentes no Brasil ao final da década de 50 e início dos anos 60. Primeiramente buscou-se fazer um afunilamento para retratar o contexto político brasileiro, o papel da nova capital (Brasília) na política desenvolvimentista e os motivos de surgimento e fixação da localidade em análise. Dessa maneira, utilizando elementos estruturalistas, buscou-se estabelecer a relação dialética existente entre a escala nacional e local já que, para estender as escalas menores deve-se entender, também, o processo histórico das escalas superiores onde estas se inserem.

Além desses pontos, buscou-se trazer elementos da Geografia Urbana que embasassem a relação existente entre a produção do espaço urbano e os fatores comerciais e

de consumo dentro das cidades. Orientado por esses eixos de pesquisa, o material coletado nesta etapa visou fazer a junção desses dois processos, isto é, o processo histórico e a evolução do Distrito Federal enquanto aglomerado urbano onde o comércio e o consumo foram os fatores que conferiram centralidade ao Núcleo Bandeirante.

#### 1.5.2 Utilização de imagens e conteúdo fotográfico

Os recursos visuais têm o caráter de embasar a argumentação apresentada bem como demonstrar as transformações ocorridas no espaço em análise. A visualização de imagens é relevante no sentido de mostrar seqüências temporais e, principalmente, de retratar o quadro atual da localidade para que a hipótese possa ser refutada ou confirmada. As imagens utilizadas foram obtidas no Arquivo Público do Distrito Federal ou provem de arquivos pessoais coletados nas saídas de campo realizadas.

#### 1.5.3 Pesquisas de campo

De acordo com Kaiser (2006), qualquer um que queira conhecer um fenômeno só poderá ter sucesso se entrar em contato com ele, vive-lo e praticá-lo. Dessa forma, para estudos relacionados às ciências sociais, o aporte teórico e as imagens não são, por si só, suficientes para obter sucesso. Faz-se necessário ir a campo, *in loco*, de modo a vivenciar as características e peculiaridades do local para verificar se há, de fato, sintonia entre as etapas anteriores e o que é visualizado.

Para esta pesquisa foram feitas saídas de campo aos principais locais de comércio do Núcleo Bandeirante. Esses locais foram escolhidos por serem pontos que apresentam maior efervescência comercial e maior circulação de transeuntes além do valor histórico e simbólico que carregam. Num primeiro momento, os campos foram feitos apenas de modo exploratório onde foram feitas observações para nortear a pesquisa e verificar se havia ou não outros objetos não considerados inicialmente. Num segundo momento, as visitas foram feitas de modo mais sistematizado e com objetivo de realizar entrevistas com freqüentadores e coletar dados.

#### 1.5.4 Entrevistas

Em conjunto com as visitas *in loco*, foram realizadas entrevistas com transeuntes do Núcleo Bandeirante. De acordo com a Geografia Humanista, as pesquisas devem levar em

consideração o espaço vivido, os lugares e seu valor simbólico bem como a visão dos sujeitos visando, dessa forma, extrair elementos que expliquem as relações do homem com o espaço. Baseado nessa perspectiva, a idéia era que neste momento da pesquisa houvesse uma participação daqueles que vivenciam o espaço em análise e que a partir de informações obtidas pudesse haver uma confirmação maior da hipótese em estudo. As informações dos transeuntes entrevistados nos pontos comerciais do local poderiam permitir, também, que outras questões não pensadas *a priori* pudessem ser objeto de análise já que, frequentemente, o pesquisador percebe a localidade de modo distinto daqueles que a vivenciam.

Para realizar as entrevistas foram pensadas algumas perguntas norteadoras basicamente relacionadas ao quadro comercial do local, isto é, relativas ao comércio existente, ao tipo de consumo realizado pelos frequentadores, sua origem (se morador local ou de outra Região Administrativa do Distrito Federal) e sua satisfação ou insatisfação com o que é ofertado. A idéia era averiguar a relevância da localidade enquanto centro comercial e verificar se ainda há uma centralidade comercial pelo relato dos próprios consumidores.

As entrevistas foram pensadas para serem curtas e objetivas, de modo que não houvesse resistência em participar da pesquisa e que não houvesse necessidade de “reter” o entrevistado por muito tempo. Além disso, esclarece-se que as entrevistas foram feitas de modo semi-estruturado, ou seja, apesar das perguntas norteadoras, foi dada liberdade para que os entrevistados falassem a vontade, inclusive sobre questões não levantadas inicialmente. Essa liberdade - por trazer um caráter de “informalidade” às conversas - permitiria, também, que questões não pensadas *a priori* pudessem ser acrescentadas e enriquecer o trabalho.

Tentou-se, também, abranger o maior intervalo possível quanto às faixas etárias, tempo de residência na localidade (caso morador) e gênero. Da mesma forma, tentou-se equilibrar o número de entrevistados nos pontos visitados, que foram: Avenida Central, “Mercadão”, Feira Permanente e Setor de oficinas.

## 2 DAS POLITICAS DESENVOLVIMENTISTAS À CIDADE LIVRE/NÚCLEO BANDEIRANTE

### 2.1 O APOIO POLÍTICO AO GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHEK

Sendo uma concepção revolucionária, só poderia ser realizada em termos de revolução. Mas, pra a materialização do sonho secular, para a execução de grande ventura, era necessária a presença atuante do homem que tivesse coragem de arcar com a tremenda responsabilidade. [...] Era necessário o homem que incendiasse o “espírito de Brasília” em todos os que aqui trabalham, animando-os pela presença, orientando-os, vivendo as vicissitudes e as suas glórias simples, inculcando-lhes, pela segurança do comando, a fé e a confiança indispensáveis. Um dos fatores decisivos para a realização desta obra fundamental foi a bravura de V. Exa. Porque, se os desígnios da Divina Providência cometem aos grandes as grandes tarefas e aos fortes as grandes lutas, só concedem aos bravos a vitória. (Discurso proferido pelo presidente da Novacap<sup>2</sup> Israel Pinheiro ao entregar as chaves da cidade ao presidente Juscelino Kubitschek em 20 de Abril de 1960. *In*: OLIVEIRA C. A., 2006).

Existe nas sociedades em geral uma idéia comumente aceita de que em cada época há figuras celebres e excepcionais, visionários e “grandes homens” que com sua força interior e coragem fora do normal conduzem as sociedades ao seu progresso. Essa idéia, amparada por uma ideologia dominante que se perpetua ao longo das gerações, cria, também no contexto nacional, uma serie de figuras heróicas mitificadas em detrimento ao tratamento conferido a outros personagens não menos importantes mas que caem no esquecimento (TEIXEIRA, 1982).

Durante o período da Quarta república (1945-1964) o Brasil vivia um momento de instabilidade política. Nesse período, quatro presidentes assumiram o poder (Eurico Dutra, Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros) além de dois vices presidentes (Café Filho e João Goulart) sem contar a influência Militar nas decisões políticas (MARANHÃO, 1982). No campo econômico, a economia brasileira estava estagnada. O modelo baseado em exportações agrárias, que era secularmente adotado no país, não mais garantia o crescimento econômico e apresentava sucessivos déficits comerciais ao longo das décadas. Nesse período, principalmente entre a década de 1950 e início dos anos 60, surge a figura carismática e populista de Juscelino Kubitschek (JK) e sua política desenvolvimentista (TEIXEIRA, 1982).

---

<sup>2</sup> Novacap - Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

Juscelino começou sua carreira política em 1935 quando foi eleito deputado pelo estado de Minas Gerais, mas só passou a ter grande notoriedade em âmbito nacional no período em que foi Governador do estado (1951-1955). Nessa época, JK desenvolveu um plano de industrialização denominado “Energia e Transportes”. Esse plano fez surgir em Minas Gerais um parque industrial próximo a Belo Horizonte que virou pólo atrativo de diversas instalações. Além disso, foram criadas empresas estatais como a CEMIG (Companhia Elétrica de Minas Gerais) - vinculada ao setor energético - e a FERTISA (Fertilizantes S.A) – destinada a produção de matérias primas para fertilizantes. Essas medidas ajudaram a construir uma imagem de administrados eficaz, visionário e com grande ímpeto, o que culminou com sua candidatura à presidente da República pelo PSD - Partido Social Democrata (OLIVEIRA, C. A., 2006).

Juscelino tinha como *slogan* de sua campanha presidencialista a máxima “cinquenta anos em cinco”, onde os cinquenta anos são referentes ao progresso que o país alcançaria em seus cinco anos de mandato. Para levar a cabo tamanho desenvolvimento em tão pouco tempo e ainda integrar o território nacional, JK desenvolveu um plano de metas que tirariam o Brasil do atraso e do subdesenvolvimento. No bojo das metas (30 ao todo), elas eram divididas da seguinte forma (MARANHÃO, 1982):

- a) Energia (metas de 1 a 5): medidas relativas à energia elétrica, nuclear, carvão e petróleo;
- b) Transportes (metas de 6 a 12): medidas relacionadas ao reequipamento das estradas de ferro existentes, construção de novas estradas de ferro, pavimentação de estradas de rodagem, portos e barragens, marinha mercante e transportes aéreos;
- c) Alimentação (metas de 13 a 18): políticas referentes ao trigo, armazéns, frigoríficos, matadouros, mecanização da agricultura e técnicas de fertilização.
- d) Indústria de Base (metas de 19 a 29): investimentos em indústrias de aço, alumínio, metais não ferrosos, cimento, álcalis, papel e celulose, borracha, exportação de ferro, veículos motorizados, construção naval, maquinaria pesada e equipamentos eletrônicos.
- e) Educação (meta 30)
- f) Construção de Brasília (meta síntese)

Muitas dessas metas, na verdade, já haviam sido, ao menos em parte, implementadas em sua gestão como Governador do Estado de Minas Gerais. Agora, numa escala nacional, Juscelino pretendia reproduzir avanços obtidos nessa gestão e ir além, muito além. Mas para implementar suas idéias, Juscelino precisaria de apoio em diversas esferas.

O primeiro ato estratégico de JK nesse sentido foi à escolha de João Goulart para ser seu vice-presidente e a aliança firmada entre PSD e PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Esses dois partidos juntamente com a UDN (União Democrática Nacional) eram os mais representativos àquela época e os principais candidatos à presidência eram desses partidos. A aliança PSD-PTB permitiria o diálogo com as elites que dominavam o cenário nacional. O PSD - por seu caráter ruralista - angariaria apoio das tradicionais elites latifundiárias enquanto o PTB - de caráter mais urbano e com origens sindicais - dialogaria com a crescente elite industrial e com a classe operária. Além disso, a figura de João Goulart - líder nacional do PTB - era também bastante popular e seu apoio garantiria um número alto de votos. A importância dessa aliança fica evidente nas próprias palavras de Juscelino:

[...] eu sabia que uma aliança com o PTB era imprescindível, somente uma aliança muito forte poderia enfrentar a oposição e sair vitoriosa; somente com um candidato que conseguisse a reconciliação entre o voto rural do PSD e o voto urbano do PTB. Foi por isso que insisti no nome de Jango (João Goulart) para a vice-presidência; como candidato tinha que pensar em termos de cálculo político e isto me obrigava a uma aliança com o PTB. No PTB o nome de Goulart reunia maiores possibilidades. ( *In*: BENEVIDES, 1976. p. 289).

A aliança não se limitava a instância presidencial; isso por si só não garantiria a execução dos projetos. Para que as metas fossem efetivamente realizadas, o governo deveria ter bases de apoio no poder Legislativo de maneira que as propostas vindas do Executivo fossem aprovadas. E essa aliança no Congresso Nacional (CN) também foi firmada. Na época, somente a aliança PSD-PTB representava sozinha 55% do CN, sendo 35% do PSD e 20% do PTB, isso sem levar em consideração o restante dos partidos aliados de menor representatividade (BENEVIDES, 1976, p. 83). Dados do ano de 1958 mostram que nesse ano o legislativo aprovou 131 projetos e rejeitou apenas 6; em 1959 o total de projetos aprovados foi de 204 contra 7 vetados, números que expressam a força da aliança (BENEVIDES, 1976, p. 81). Além disso, como compromisso de sua campanha, JK designou vários ministérios para a coligação. Dos 24 ministérios civis, 22 pertenciam à aliança PSD-PTB (BENEVIDES, 1976, p. 86). Em uma declaração ao CN no ano de 1959, JK comenta o apoio vindo do Legislativo:

Ao meu governo, até agora, nunca faltou à colaboração do Legislativo, que o proveu, sempre a tempo e com eficiência, dos meios indispensáveis à execução do programa de desenvolvimento econômico. Atuando com firmeza e mantendo comunhão de vistas, no tocante a pontos essenciais, a maioria parlamentar não só apoiou a Administração em passos decisivos na luta pela emancipação econômica do país, como lhe abriu caminhos, na ação



desenvolvida, cada dia, para que fossem mantidas a ordem e paz social. ( *In*: CARDOSO, 1987, p. 78).

Essa coligação se manteve mesmo após a eleição da chapa JK e João Goulart e virou base de apoio facilitando a aprovação das propostas enviadas pelo Executivo, sobretudo a de seu plano de metas.

Contudo, a cooperação entre PSD-PTB não era suficiente para se alcançar estabilidade política. A influência dos militares na política naquela época era muito forte, bastando lembrar que o ex-presidente Eurico Gaspar Dutra era general e dos acontecimentos que culminaram no golpe militar e ditadura no Brasil. Dessa forma, o segundo ato estratégico de JK foi conseguir o apoio dos militares. Para isso, uma das primeiras medidas adota por ele foi manter os militares Henrique Teixeira Lott como ministro da Guerra e Odílio Denys como comandante do I Exército sediado no Rio de Janeiro como forma retribuição ao apoio por eles prestado para assegurar a posse de Juscelino (MARANHÃO, 1982).<sup>3</sup>

Outras atitudes foram tomadas com relação às Forças Armadas. Juscelino atendeu “generosamente” outras reivindicações, dentre elas, o reaparelhamento, o aumento salarial e treinamento especializado, por exemplo. Além disso, a própria política econômica de JK vinha de encontro aos anseios militares, ou seja, uma nação economicamente desenvolvida e soberana. Juscelino também concedeu diversos cargos em institutos, autarquias, grupos técnicos e órgão da administração pública em geral para militares pertencentes a vida política brasileira. Para exemplificar, cita-se BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), CNP (conselho Nacional da Petrobras), GEICON (Grupo Executivo da Indústria de Construção Naval), entre muitos outros (BENEVIDES, 1976, p. 187)

Juscelino conseguiu através dessas articulações tornar-se o único presidente civil que, entre 1935 e 1964, conseguiu cumprir seu mandato até o fim por meios constitucionais. Pode se dizer que seu plano de metas foi a arma política que garantiu que os interesses, muitas vezes divergentes, dos principais atores políticos fossem envolvidos em uma atmosfera de ganhos multi-setoriais. Assim, o estilo conciliador de JK pode ser apontado como fator que ajudou a garantir a estabilidade política em governo baseado na sua habilidade

---

<sup>3</sup> Os opositores de Juscelino, sobretudo a UDN, questionaram a vitória de JK. Argumentavam que ele havia sido eleito com pouco mais de um terço dos votos quando, na verdade, a exigência constitucional era de maioria absoluta dos votos, diziam. Houve tentativa de aliança da oposição com a alta cúpula militar para impedir a posse de Juscelino. Porém, um contragolpe articulado pelo General Henrique Teixeira Lott garantiu a posse de Juscelino e de seu vice João Goulart. Ver em MARANHÃO, Ricardo. *O governo Juscelino Kubistchek*. Ed Brasiliense, 1982, p. 31-43

de criar otimismo em torno de seu Plano de Metas. Em uma entrevista concedida em 1974, o próprio Juscelino cometa seu feito:

[...] a gloria do meu governo foi manter o regime democrático *malgré tout*, apesar de todas as tentativas, todos os esforços para derrubá-lo. Em 40 anos de vida republicana eu fui o único governo civil que começou e terminou no dia marcado pela Constituição. Este é um dos títulos de maior benemerência para mim. Sei o que isto significou de esforço continuado, de vigilância constante. (In: BENEVIDES, 1976, p. 289)

Apesar disso, ainda havia algo imprescindível para qualquer governo: o apoio popular. Se o plano de metas foi sua arma política, podemos dizer que sua meta síntese - a construção de Brasília - foi sua arma simbólica para angariar apoio também das camadas mais desfavorecidas do país, elevando ainda mais sua aura populista e de estadista visionário que tiraria o país do subdesenvolvimento

## 2.2 O PAPEL DE BRASÍLIA NA POLÍTICA DE JUSCELINO KUBITSCHECK

Porque, realmente, Brasília deverá dar exemplo, a lição, deverá ser o padrão para o resto do Brasil. Nós queremos que ela seja uma cidade moderna, atualizada, e que seu povo tenha a sua disposição todo o conforto e todos os meios para que seja feliz e próspero (CORBISIER, 1960)<sup>4</sup>

A constituição brasileira de 1946 já previa a mudança da capital do país para o interior. Juscelino estabeleceu que seu governo cumpriria o dispositivo constitucional, porém não pelo simples idealismo ou por uma demanda popular; mas sim pelo fato que tal investida lhe traria dividendos políticos além de ser o fator ideológico que legitimaria em âmbito nacional seu programa de metas (TEIXEIRA, 1982)

O Brasil da década de 1950, como diversos outros países subdesenvolvidos, enfrentava dificuldades de ordem econômica, tais como déficits na balança comercial, dívida externa elevada, inflação, etc. Dessa maneira, implementar as metas desenvolvimentistas de seu plano não seria tarefa fácil para JK por falta de lastro nos cofres públicos. Na época, havia uma crença que o crescimento industrial acelerado seria capaz de trazer investimentos

---

<sup>4</sup> Palavras proferidas pelo professor Clovis Salgado (ministro da educação e cultura) na solenidade de encerramento do ciclo de conferências sobre *Brasília e o desenvolvimento nacional*, promovido pelo ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) no mês de Março de 1960. In: CORBISIER, 1960, prefácio.

maciços de capitais – leia-se capitais estrangeiros - capazes de ampliar o mercado consumidor interno e auto-impulsionar a econômica nacional. Além disso, a mão de obra barata das regiões agrárias seria utilizada na indústria, diminuindo os custos de produção (TEIXEIRA, 1982).

Dessa forma, o conceito nacionalista da política de Juscelino é passível de questionamento já que, na verdade, vinculava o capital estrangeiro - que o país não dispunha - para garantir a execução de seu plano de meta e também assegurar que os interesses dos grupos políticos que o apoiavam fossem atendidos. O próprio JK deixa claro sua idéia quanto a esse ponto:

Não hesitei. Reclamei, estimei a cooperação técnica e de capitais estrangeiros. Não ignorava que o Brasil retrocederia na batalha de industrialização se continuasse apenas na defensiva: tínhamos de enfrentar decisivamente as dificuldades, provocar e criar prosperidade. E o concurso do capital e da técnica do estrangeiro nos era indispensável (*In*: TEIXEIRA, 1982. p 73)

Essa política, além de garantir recursos para o plano de metas, atendia também o interesse da base de apoio do governo, como já citado. Na verdade, apesar da política desenvolvimentista de Juscelino estar voltada para o setor industrial, isso não diminuía a importância e o peso do setor agropecuário do país, que, além de apoiado pelo PSD, tinha como trunfo a política coronelista que vigorava há séculos no país o que implicava em “currais eleitorais”. De fato, os interesses divergentes entre as elites dominantes do país nunca foram objeto de intensas disputas, como vemos na citação:

Não há, nem nunca houve “divergências profundas” entre a burguesia industrial e latifundiária no Brasil. Pode haver, e ter havido (menos hoje, mais no passado) divergências e choques de interesses entre os dois setores de atividade econômica brasileira: indústria manufatureira, de um lado, e agropecuária, do outro. Mas, essas divergências não tem, nem tiveram, a profundidade de verdadeiras contradições socioeconômicas estruturais, implicando conflito de classes distintas e em oposição irreduzível (PRADO JR *apud* TEIXEIRA, 1982. p. 76).

Logo, o setor industrial brasileiro – maior beneficiado pelo plano de metas - passou a ter condições de se desenvolver amparado pelo capital estrangeiro que entrara no país e pelas ações que visavam fortalecê-lo dentro da política de JK, tais como a ampliação da malha viária através da construção de uma nova sede administrativa e das demandas geradas para indústria de base e siderúrgica, por exemplo. O setor agropecuário que, além do já citado peso na máquina eleitoral, também tinha grande relevância na economia e grande

representatividade do CN, vislumbrou retomar seu crescimento através da expansão das fronteiras agrícolas do país. Esse apoio das elites fica claro no trecho a seguir:

Os líderes da indústria, do comércio e da agricultura manifestaram sua disposição de colaborar com o grande empreendimento, que reputam vital para a redenção econômica da nação. Na ocasião, o Sr. Israel Pinheiro esclarece que quem construirá Brasília será a iniciativa privada; a NOVACAP apenas urbanizará e fiscalizará as obras (Anuário de Brasília, DF. CR Editora. 3ª Ed, 1973, página 18. *In*: TEIXEIRA, 1982. p. 92).

Assim estabeleceu-se um clima de otimismo e apoio às metas de Juscelino pelas elites brasileiras, e, dentro desse bojo, claro, a meta síntese: a construção de Brasília. Obviamente que se a construção de uma nova capital não atendesse aos interesses do bloco industrial/rural e do capital externo a proposta de Brasília continuaria inerte. Porém os dividendos políticos que a construção de Brasília traria não se limitavam aos interesses e apoio das elites.

O aparelho político-ideológico que o Estado desenvolveu através de seus intelectuais objetivou propagar, também na população em geral, uma expectativa positiva quanto à mudança da capital. A ideologia do desenvolvimento vendida à população visava angariar o apoio também das massas, em especial daquelas que pudessem servir de mão de obra para sua política. Nesse sentido, a propaganda governamental transmitia a idéia que todos seriam beneficiados com os avanços do país e que estariam participando de um momento que tornaria o Brasil próspero e com maior igualdade social (TEIXEIRA, 1982).

Essa expectativa era difundida por todo o território nacional através de rádios, *slogans*, jornais, telejornais e revistas, inculcando na população a promessa de uma capital nova, próspera e pertencente a todos os brasileiros, a chamada “Capital da Esperança”. Objetivando assegurar a execução das metas que atenderiam as elites, vinculava-se a mudança da capital a uma demanda popular e a uma necessidade nacional desde a época do império. Esse discurso, difundido em todo o território nacional através de veículos de comunicação de massa, criou um clima de euforia que convidava os brasileiros, os “novos bandeirantes”, a rumar para o Planalto Central para construir a cidade que seria o marco da integração nacional (TEIXEIRA, 1982)

Dessa forma, a população, de modo geral, assumiu, inconscientemente, os objetivos do bloco industrial/rural como se fossem seus próprios objetivos quando na verdade estavam servindo apenas de instrumento governamental vendendo sua força de trabalho para legitimar a política vigente e suas alianças.

### 2.3 OS CANDANDOS E A CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA

Os futuros intérpretes da civilização brasileira, quando analisarem este período de nossa história, deverão de deparar-se com espanto diante da figura bronzeada deste titã anônimo, que é o candango, o obscuro e formidável herói da construção de Brasília. [...] Enquanto cétricos escarneciam a utopia proposta da cidade que eu me preparava para construir, os candangos tomaram em seus ombros a responsabilidade de responder a meu chamado, trabalhando noite e dia para cumprir, em meu governo, a letra da Constituição. [...] A triste aparência de um inválido abatido, como Euclides da Cunha retratou o sertanejo, está se apagando do panorama brasileiro. Vocês não o encontrarão no companheiro candango, a quem devemos esta cidade (Juscelino Kubitschek, Diário Carioca, 5/11/1961. In: HOLSTON, 1993. p. 210).

A máquina ideologia acionada por Kubitschek lançou nacionalmente uma campanha de recrutamento para a construção de Brasília forjando a cidade como um meio de se alcançar uma nova identidade nacional e promover a integração do país. Essa campanha convocava todos os brasileiros de todas as regiões para “realizar o sonho de Dom Bosco”, “completar a descoberta do Brasil”, “ver realizado o sonho dos inconfidentes” e o “ideal republicano”, dentre outras analogias. O governo até mesmo intitulava os migrantes como os “bandeirantes do século XX” como forma de criar um espírito positivo e incentivar a vinda de trabalhadores para Brasília, sobretudo aqueles que a construiriam.

Aqueles que atenderam ao chamado ficaram conhecidos como *candangos* e, apesar da glorificação momentânea que tiveram - como podemos ver na citação inicial desta seção - e das promessas de um futuro melhor, muito daquilo que a utopia da construção de Brasília prometeu não se cumpriu.

Na verdade, o termo *candango* teve no começo uma conotação negativa. Era usado para distinguir os “doutores” – engenheiros, arquiteto, empreiteiros, etc. - e posteriormente os “pioneiros” - isto é, aqueles primeiros trabalhadores que viram a ocupar a cidade planejada, como, por exemplo, servidores públicos ligados a administração pública - da grande massa de trabalhadores operários (HOLSTON, 1993, p. 209 - 212).

Contudo, a campanha oficial dizia que aqueles que outrora haviam sido excluídos dos papéis principais do desenvolvimento nacional agora eram os responsáveis por levar a cabo a mudança da capital, enaltecendo-os e conferindo-lhes prestígio. Dessa maneira, a retórica oficial tornou o termo, antes pejorativo, em honorífico, atribuindo aos trabalhadores sem qualificação e sem instrução - os conhecidos “pau de arara” - um papel

fundamental no pacto de desenvolvimento nacional. Assim, o termo antes usado para diferenciar a massa operária, foi resignificado e passou a denominar todos aqueles que estavam envolvidos na construção da cidade, independente da classe, ocupação ou origem, gerando uma noção de solidariedade (HOLSTON, 1993, p. 209 – 212)

Apesar dessa resignificação, o termo *candango* nesse trabalho refere-se à grande massa operaria que veio vender sua força de trabalho nos acampamentos das construtoras. Em 1959, aproximadamente 63% da mão de obra empregada do Distrito Federal (DF) trabalhava no setor da construção, o que mostra que essa população era bastante representativa (HOLSTON, 1993, p. 221). Dados do mesmo ano mostram que a população dos povoados planejados e provisórios relacionados à construção (incluindo os da Novacap e os das empreiteiras particulares) tinha uma população somada de mais de 25 mil trabalhadores, sendo que a população total do DF era aproximadamente 64 mil, ou seja, 40% do total. Somente em Cidade Livre/NB (local em análise que será melhor detalhada na seção seguinte) a população era de aproximadamente 12 mil pessoas no ano de 1961, o que representava 18% do total do DF (HOLSTON, 1993, p. 218).

Basicamente, esses trabalhadores provinham de 3 regiões (96% do total): Nordeste (43%), Sudeste (29%, principalmente de Minas Gerais) e Centro-Oeste (24%, principalmente de Goiás) (HOUSTON, 1993, p. 223). É interessante notar que os candangos apresentavam em comum certas características: muitos provinham de zonas rurais onde eram explorados num sistema semi-servil coronelista recebendo salários pífios. Outros provinham de regiões onde as condições naturais não favoreciam a sobrevivência e havia ainda aqueles que já haviam migrado outras vezes vindos de outros centros urbanos.

Outra característica comum era o baixo grau de instrução - até mesmo elevado índice de analfabetismo - o que para as empreiteiras era interessante porque podiam explorar ao máximo a mais valia desses trabalhadores. Dessa forma, sem alternativas no campo, presos em uma lógica latifundiária e coronelista e sem instrução para trabalhar em outros centros urbanos, Brasília surgiu como um “Eldorado” que garantiria, ao menos, sua sobrevivência e despertava os sonhos de riqueza acessível. O depoimento do candango Sebastião Firmino evidencia este fato quando ele se refere a cidade da seguinte maneira: “estão construindo Brasília, vai ser melhor que São Paulo e Rio de Janeiro. Tá surgendo uma nova Capital. Vim com muita e esperança e trabalhei e trabalho até hoje com esperança de um dia melhorar minha situação” (*In*: TEIXEIRA 1982, p. 101).

Em outro depoimento também constatamos:

[...] lá na Paraíba fizeram de Brasília um verdadeiro céu, onde tudo era fácil e a vontade. Os que vieram comigo já estão meio acabrunhados. Eu vim pra Brasília, explico, para ficar milionário, arranjar uma noiva bonita e voltar ao sertão de Cajazeiras feito gente importante e de avião. (Depoimento de um Candango para o Correio Brasiliense. *In*: TEIXEIRA, 1982, p. 105)

Esse fluxo contínuo e crescente de migrantes rumo à Brasília fez o governo tomar algumas medidas. A primeira delas esta relacionada com a regulamentação do trabalho na capital. A companhia estatal responsável pela construção, a Novacap, estabeleceu regras de recrutamento da mão de obra construtora. O recrutamento dos trabalhadores era feito de antemão com ajuda dos serviços do INIC - Instituto Nacional de Imigração e Colonização - visando treinar, transportar e arrumar postos de trabalho para os migrantes antes de sua chegada a Brasília. A Idea era restringir a oferta de trabalho somente àqueles que haviam passado pelo escritório da Novacap de modo que o acesso aos acampamentos das construtoras não era livre a qualquer migrante. O ponto chave dessa burocracia era que o governo queria evitar que os operários criassem raízes na capital e que favelas se formassem ao fim do processo de erguimento da cidade (HOLSTON, 1993, p. 223-226)

Além dessa medida, outra menos enérgica foi pensada. Com uma população vinda de todas as regiões para um local do país pouco povoado, surgiriam muitas demandas que os acampamentos não poderiam oferecer, muito menos a Novacap. Apesar de terem alimentação e local de pernoite, a imensa população que se formava nos acampamentos demandava outros itens, por exemplo, lazer. Dessa forma, surge um momento chave na historia de Brasília, a criação da Cidade Livre.

### 2.3 A CRIAÇÃO DE CIDADE LIVRE/NÚCLEO BANDEIRANTE <sup>5</sup>

A época da construção de Brasília, a migração era intensa e continua. A população de trabalhadores crescia ano após ano e, com o crescimento demográfico, novas demandas surgiram. Por estar situada no meio do “nada”, em uma região pouquíssimo povoada, a nova capital não tinha um abastecimento satisfatório de muitos itens considerados

---

<sup>5</sup> Será utilizado deste ponto em diante o termo *Cidade Livre/NB* (onde NB significa Núcleo Bandeirante) para designar o espaço em análise já que trata-se da mesma localidade mas com nomes diferentes em momentos diferentes (Cidade Livre anterior à Dezembro de 1961 e Núcleo Bandeirante após). Quando necessário, será utilizado, em separado, os termos Cidade Livre e Núcleo Bandeirante para fazer referência ao momento pretérito e ao momento presente.

básicos ou opções de lazer e prestação de serviços para os trabalhadores. Muitos dos suprimentos que chegavam à Brasília vinham de cidades goianas e mineiras e, por questões logísticas e de transporte, muitas vezes não supriam a demanda da crescente população. Tanto os acampamentos das empreiteiras quanto a própria Novacap não atendiam aos operários com nada além de alimentação básica a baixo custo e local para pernoite. Dessa forma, em Dezembro de 1956, a Novacap decidiu criar um local próximo a sua sede para ser o centro comercial provisório que abasteceria a população de Brasília: a Cidade Livre/NB (TEIXEIRA, 1982).

Ao criar esse centro de abastecimento, a idéia da Novacap era que nessa localidade houvesse de tudo: hotéis, feiras, salões de beleza, padarias, restaurantes, entretenimento e lazer, bancos, igrejas, cinemas e bares, tudo para satisfazer a grande massa humana de engenheiros, arquitetos e trabalhadores braçais envolvidos na epopéia da construção de nova capital (TEIXEIRA, 1982). Para exemplificar esse ponto, cita-se o depoimento do candango Antonio de Paula Pontes (Sr. Tónico) em entrevista concedida ao programa de história oral do Arquivo Público do DF. Nesse trecho, Sr. Tónico fala sobre o abastecimento de gêneros alimentícios em Cidade Livre/NB:

(Entrevistador) - Seu Tónico, o abastecimento lá do Núcleo Bandeirante o senhor acha que era bom, assim em gênero alimentício?

(Sr. Tónico) - Era ótimo, faltava nada

(Entrevistador) - Faltava nada.

(Sr. Tónico) - Nada, absolutamente nada, nunca faltou nada, era muito bom.

(Entrevistador) - Eles vendiam de tudo?

(Sr. Tónico) - Vendiam de tudo. Porque as empresas que construíram Brasília tinham os seus locais onde elas se instalaram, e ali tinham os funcionários que moravam também fora, eles e essas empresas compravam tudo no Núcleo Bandeirante, tinha muita empresa em Brasília construindo.

(PONTES, Antônio de Paula. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2000. p.15)

Ao contrário do rigor e controle impostos pela Novacap ao acesso aos acampamentos de construção, Cidade Livre/NB surgiu e se desenvolveu sob a luz de uma política *laissez faire*. O governo para atrair investidores e empresários dava dois incentivos básicos: o terreno para a construção do estabelecimento em regime de comodato<sup>6</sup> e a isenção total de impostos. Os empresários eram convidados a vir para Cidade Livre/NB e auferir os lucros de seus empreendimentos, mas por sua conta e risco, claro (HOLSTON, 1993).

---

<sup>6</sup> No regime de comodato, o comodante cede ao comandatário o uso temporário de coisa infungível que será posteriormente devolvida. Por coisa infungível entende-se aquilo que não pode ser substituído por outro de mesma espécie, qualidade ou quantidade. No caso, o bem cedido eram os lotes que deveriam ser restituídos ao fim de um período máximo de 4 anos, ou seja, antes da inauguração de Brasília em Abril de 1960.



A princípio qualquer interessado poderia se candidatar para adquirir um lote, porém tinha que demonstrar que dispunha de capital suficiente para dar prosseguimento ao negócio proposto. Tirando essa exigência, a seleção feita pela Novacap não tinha muito rigor, era um processo frouxo. Já que esse tipo de empreendimento não traria, ao menos a princípio, riscos de favelização e amparando-se na premissa que era uma localidade provisória, a fiscalização foi feita sem muito cuidado.

A idéia era realmente sair da inércia inicial que era Brasília, e dessa forma adotar políticas menos rigorosas atrairia um maior numero de empresários (HOLSTON, 1993, p.227). Para reforçar essa idéia quanto à facilidade de se adquirir um lote em Cidade Livre/NB àquela época, cita-se o candango César Trajano em entrevista concedida ao programa de história oral do Arquivo público do Distrito Federal:

(Entrevistador) - As vendas... Os lotes, eles foram distribuídos gratuitamente ou vendidos, na época?

(César Trajano) - Não, gratuitamente.

(Entrevistador) - Gratuitamente, a pessoa chegava, falava em algum lugar ou já chegava e montava o barraco?

(César Trajano) - Não, ia na Novacap. A Novacap [...] tinha o DI que era o Departamento Imobiliário, procurava lá e eles davam.

(Entrevistador) - Então era tranquilo, chegar e conseguir?

(César Trajano) - Era na hora.

(LACERDA, Cesar Trajano de. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2000. p. 14)

Contudo, há que se reforçar o caráter efêmero desses estabelecimentos: após a inauguração de Brasília, Cidade Livre/NB seria demolida e os comerciantes removidos para os redutos comerciais planejados da capital. Não que esses comerciantes teriam direito de residir nas superquadras do plano piloto; o que lhes era assegurado era o direito de transferir seus estabelecimentos para as áreas que já haviam sido pensadas dentro plano urbanístico de Brasília para abrigar zonas comerciais (destacando-se a avenida W3) (HOLSTON, 1993). Por essa razão, as construções eram rústicas, feitas em madeira, e não havia investimento do Governo em urbanização da região. Suas ruas eram esburacadas, empoeiradas ou lamacentas dependendo da estação do ano, e as únicas melhorias só ocorriam quando alguma autoridade visitava a localidade. Sua configuração em avenidas de linha reta visava, além de facilitar a circulação, justamente facilitar o controle da distribuição dos lotes e a sua futura demolição no ano de 1960.

O nome “Cidade Livre” está relacionado com a política de incentivo, já que era um lugar livre de impostos. Mas, popularmente, há outras conotações para esse nome: como era um espaço não vinculado à construção, a circulação também era livre, sendo possível para

qualquer um que chegasse circular por seus espaços abertos sem o rigor dos acampamentos. Era realmente um local “popular”, como podemos ver na citação de HOLSTON (1993, p. 228):

Para as massas trabalhadoras que procuravam entrar no Eldorado de fronteira que era Brasília, contudo, Cidade Livre era “livre” em outro sentido. Era uma cidade aberta. Em contraste com a zona de construção, era imediatamente acessível a todos: a quem acabava de sair do ônibus, a quem estava esperando a documentação para trabalhar na obra, a quem sonhava enriquecer da noite para o dia, a quem preferia as rotinas de um emprego no setor de serviços aos rigores da construção civil, a quem tinha a mais velha das profissões, a quem tinha o marido ou o pai trabalhando nos acampamentos. Qualquer migrante podia entrar livremente na Cidade Livre, achar livremente um lugar para morar, encontrar trabalho livremente – “livremente” significando, claro, de acordo com seus meios individuais.

Para confirmar Holston (1993) podemos acrescentar, também, mais uma vez, um relato do candango César Trajano. Nessa entrevista, Trajano diz o porquê de se dirigir para Cidade Livre/NB àquela época:

(Entrevistador) - Como e por que o senhor foi morar no Núcleo Bandeirante?

(César Trajano) - Porque só havia uma população... uma comunidade assim dizer, era o Núcleo Bandeirante em 57, não havia mais nada.

(Entrevistador) - Não tinha opção?

(César Trajano) - Não tinha outra opção, não tinha nada, ou eram os acampamentos onde tinham cinco, seis mil operários que dormiam nos alojamentos, e comiam nos restaurantes dali das cantinas, ou para construir uma casa trazer a família, criar uma família era só o Núcleo Bandeirante.

(LACERDA, Cesar Trajano de. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2000. p. 6)



Figura 1: Migrantes desembarcando do “pau de arara” em Cidade Livre/NB.

Fonte Arquivo Público do DF.

A quem diga também que o termo “livre” remete a livre de saneamento, de pavimentação, de iluminação pública, entre outras críticas (TEIXEIRA, 1982, p. 126). Naquela época, o risco de doenças era grande devido justamente a essa falta de cuidado com a cidade. Esgoto a céu aberto, problemas de abastecimento de água e gambiarras elétricas eram alguns fatores de risco para a população.

Retomando a política fiscal, apesar dos incentivos dados pelo governo, o risco de se instalar em Cidade Livre/NB e o desconhecimento dos reais benefícios da empreitada criaram uma resistência muito grande de possíveis interessados. Sentindo que havia poucos empresários dispostos a investir na localidade, o então diretor na Novacap, Bernardo Sayão, viajou pessoalmente para cidades vizinhas de Goiás e Minas Gerais para difundir a idéia e as perspectivas de oportunidades vinculadas ao crescente do mercado consumidor da capital. Muitos foram os empresários que vieram de cidades com Anápolis e Luziânia, por exemplo, persuadidos pelas promessas de ganhos de Sayão. Assim, antes do final do ano de 1957 a população de Cidade Livre/NB já beirava 2 mil habitantes (VASCONCELOS, 1988).

É interessante notar que os trabalhadores da Cidade Livre/NB não estavam vinculados à construção, fato que lhes conferia uma característica peculiar. Apesar de concebida para abrigar uma classe privilegiada - os empresários -, a estratificação existente era menos rígida do que nos acampamentos. Enquanto nos acampamentos havia uma estratificação imutável entre “doutores” e “candangos” baseado no grau de instrução, em Cidade Livre/NB essa estratificação se dava de outra forma.

Como era um reduto capitalista, lá o dinheiro, ou melhor, o capital, era o que diferenciava as pessoas. O acesso aos privilégios se dava pelo sucesso do empreendedor e não pela atividade que este exercia em si. Sendo assim, os privilégios eram de qualquer um que os pudessem comprar. Os próprios comerciantes muitas vezes não se distinguiam e se autodenominavam “candangos” apesar da diferença das atividades prestadas. Essa estratificação diferenciada permitia que qualquer um em Cidade Livre/NB pudesse ter acesso a benefícios inalcançáveis nos acampamentos.

Para exemplificar basta notar o convívio familiar dos operários. Nos acampamentos os “doutores” tinham alojamentos mais amplos, com melhor acabamento e, principalmente, com maior privacidade. Dessa forma, muitos podiam morar com suas famílias caso quisessem. Esse mesmo privilégio não era extensível aos “candangos” e mesmo que recebessem grandes quantias em salários ou horas extras o seu dinheiro não poderia alterar sua condição. Diferentemente, em Cidade Livre/NB, a moradia era de quem pudesse pagar, independente que qualquer outra variável (HOLSTON, 1993, p. 239 - 245).

Assim, com o estímulo governamental, sua “vista grossa” e com uma condução *laissez faire*, Cidade Livre/NB surgiu, cresceu e se consolidou como um centro econômico e capitalista marginal ao centro planejado que seria Brasília. Era um centro provisório anterior ao centro de fato; era o centro de convergência da população brasiliense a época de sua construção. Era o lugar que centralizava as atividades não relacionadas à construção, sobretudo a prestação de serviços e o comércio, e que, por um período determinado, foi o centro polarizador dos fluxos da capital ainda em construção. Dessa maneira, o local tornou-se, também, sinônimo de resistência popular e de luta pelo direito de morar e trabalhar na “Capital da Esperança” (SILVA, H. M., 2011).

#### 2.4 A FIXAÇÃO DE CIDADE LIVRE/NÚCLEO BANDEIRANTE

A liberdade de ação em Cidade Livre/NB foi o principal fator que fez a cidade resistir às inúmeras tentativas de remoção por parte do governo. Como já citado, a cidade era “livre” por fatores relacionados à política fiscal e ao acesso e circulação. Esses dois fatores de maneira interconectada ocasionaram a seus moradores o desenvolvimento da noção de pertencimento e de identidade com o local, fato que os fizeram lutar por aquele espaço.

Apesar de ter sido concebida para ser um centro comercial e com incentivos governamentais para que empresários lá se instalassem, Cidade Livre/NB viu-se rapidamente saturada quanto à questão da distribuição de lotes. A princípio, como já mencionado, o controle da distribuição dos lotes não era tão rigoroso, pensado justamente para estimular o desenvolvimento de um centro abastecedor. Contudo, a propaganda difundida nacionalmente convidando os “bandeirantes do século XX” para a epopéia de Brasília fez inúmeras pessoas migrarem rumo ao Planalto Central sem qualquer intenção relacionada ao comércio ou abastecimento, mas sim a mera sobrevivência.

Essa população, que não tinha acesso e preparo para estar nos campos de obras – muitas famílias inclusive - só podiam se instalar no local onde o acesso era livre – ou seja, Cidade Livre/NB – ainda que nada tivessem a ver com a idéia de criar um reduto abastecedor. Essa liberdade de acesso e a centralidade já exercida por Cidade Livre/NB fez um tipo de habitação se tornar comum devido à saturação dos lotes ofertados pela Novacap: as invasões. Morro do Querosene, Morro do Urubu, Vila Sara Kubitschek, Vila Esperança, Vila Tenório,

Vila do IAPI, etc. eram espaços que circundavam Cidade Livre/NB e que surgiram justamente dessa atração que a cidade exercia sobre o DF daquela época (SILVA, H. M., 2011).

Muitos dos moradores dessas invasões foram removidos e acabaram por formar outras cidades satélites, como Gama, Taguatinga e Ceilândia. Mas apesar das políticas governamentais de erradicação das favelas de Brasília, muitos resistiram e reconstruíam seus barracos logo após as derrubadas e tentativas remoções. Barracos esses que eram feitos de qualquer coisa já que o intuito era somente garantir o pedaço de terra. Interessante notar, que o material usado nas construções muitas vezes dava nome a invasão, como a Sacolândia, por exemplo, construída com sacos de cimento das obras (SILVA, H. M., 2011).



Figura 2: Imagem aérea de Cidade Livre/NB no início de sua construção. Nessa imagem é possível ver que ainda não haviam se formado invasões ao seu redor. Fonte: Arquivo Público do DF.



Figura 3: Nesta outra imagem aérea de Cidade Livre/NB e suas imediações no ano de 1963 já é possível verificar a formação de invasões. Ao fundo é possível ver a cidade e no primeiro plano uma das invasões, a vila IAPI.

Fonte: Arquivo público do DF.



Figura 4: Nessa outra imagem vemos a mesma invasão, vila IAPI, mas por outro ângulo. É possível ter uma noção da proporção que essas localidades atingiram e do número de migrantes que buscavam melhores condições de vida no DF. Fonte: Arquivo público do DF

Toda essa população, tanto das invasões quanto da Cidade Livre/NB propriamente dita, sofria com a precariedade do local construído como provisório. Essa característica em comum gerou um espírito de solidariedade muito forte na comunidade. A falta d'água, energia

elétrica, creches para as crianças, e por vezes incêndios nas habitações fez a comunidade criar laços fraternos entre si. Como diz Silva, H.M. (2011), o cotidiano de amizade era expressado de forma que quem chegava era recebido logo com ajuda para descer do caminhão por algum morador mais antigo; as mulheres já pegavam os meninos e davam banho e passavam o café para as “comadres” e os homens ajudavam prontamente a construir um barraco.

Assim, sem intenção, essa população criou uma identidade com o local que habitavam, criaram por assim dizer uma “cultura” que unia aquelas pessoas vindas de diversos lugares em prol de um objetivo comum, isto é, o direito de ali residir. Nessa linha, podemos citar Serpa (2013, p. 104) quando o autor fala de *centralidades vividas*:

[...] centralidades vividas, que se constituem em qualquer recorte, seja ele interurbano ou metropolitano, regional ou nacional, a partir da esfera de reprodução da vida e do cotidiano de relações socioespaciais em cada lugar, que é, sobretudo, intersubjetivo e relacional. Isto é também vivido além de funcional.

Ainda quanto a essa idéia, Carlos (*apud* SERPA 2013, p. 107) diz que se deve “[...] pensar os lugares e centralidades [...] como bases para a reprodução da vida cotidiana, os quais podem e devem ser analisados a partir de relações habitante-lugar como produtora de identidades individuais e coletivas”.

Nessa ótica, a idéia de remoção, de instalação em outra cidade-satélite mais distante ou mesmo a volta para o estado de origem não era bem vista por uma enorme parte dos habitantes de Cidade Livre/NB e de suas imediações. Esse sentimento ficava cada vez mais forte conforme chegava o prazo para a demolição de Cidade Livre/NB, e assim, de forma espontânea, um movimento popular de resistência começou a surgir.

A outra característica que fazia Cidade Livre/NB ter esse nome era a liberdade quanto à política fiscal. Essa liberdade fez surgir uma organização oficial dos comerciantes, a Associação Comercial de Brasília (ACB). Na época, devido ao DF ainda não existir de fato, Cidade Livre/NB estava sob a jurisdição do Estado de Goiás. Com essa alegação, o governo do Estado decidiu então taxar e cobrar tributos dos moradores e comerciantes de Cidade Livre/NB. Dessa forma, com apoio da Novacap, a associação comercial se consolidou ao pleitear na justiça a continuidade da política de isenção dos impostos, fator que era justamente o atrativo para investidores e empresários (HOLSTON, 1993, p. 243-244).

Essa mesma associação de comerciantes que se formara - assim como os moradores das invasões já citados - não viam com bons olhos a demolição de Cidade Livre/NB e sua alocação nos redutos comerciais do Plano Piloto de Brasília. Enquanto Cidade

Livre/NB já tinha uma dinâmica própria, os redutos comerciais planejados ainda eram inertes, já que a própria Brasília ainda esperava receber a população pioneira vinda da antiga capital, Rio de Janeiro. Dessa forma, com medo de ter seus lucros e clientela perdidos pelo isolamento, de sofrer com a padronização imposta pelo planejamento da capital aos estabelecimentos comerciais e, conseqüentemente, perder sua fonte de renda, os comerciantes, representados pela ACB, mostraram-se contrários a demolição de Cidade Livre/NB (SILVA, H.M., 2011).

Dessa forma, pessoas de classes diferentes, de status diferentes, de diferentes habitações e atividades se uniram em torno do mais proeminente movimento relacionado à fixação do local como cidade satélite, o Movimento Pró-Fixação do Núcleo Bandeirante (MPFNB). Esse movimento, organizado politicamente pela ACB, era bastante amplo e ramificado, sendo composto por diversos departamentos. A estrutura burocrática do MPFNB era dividida entre seu presidente (que também era presidente da ACB), três vice-presidentes, um secretário e um tesoureiro além de vários departamentos, tais como, o de publicidade, o de relações públicas e o de cultura (HOLSTON, 1993).

Com essa estrutura organizacional, o MPFNB colocou em prática suas estratégias básicas de militância: a mobilização popular e o *lobby* frente ao CN. A primeira estratégia era efetivada pela intensa campanha midiática que através de jornais e, sobretudo, filmes difundiam a luta e os conflitos da população local. O sucesso dessas campanhas era evidente, angariando apoio de empresários, profissionais liberais, trabalhadores, invasores e até mesmo de outras associações de moradores de outras cidades-satélites que surgiram no DF. A segunda estratégia, o *lobby*, foi implementada ao “separar” os moradores por estado de proveniência. Como não havia na época representação do DF no CN ou uma influente elite política, essa estratégia visava angariar apoio de congressistas residentes na capital para que estes dessem voz ao movimento frente ao CN.

Cabe ressaltar que o posicionamento do Governo quanto à fixação de Cidade Livre/NB não era muito claro e constante. JK declarou certa vez que “nunca permitiria que a casca fosse jogada fora, depois de espremido e saboreado o fruto” (HOLSTON, 1993, p. 267), fazendo alusão à remoção compulsória da cidade. Apesar disso, deixou o cargo de presidente sem qualquer interferência quanto as propostas de fixação da localidade. Da mesma forma, seu sucessor, Jânio Quadros, não avançou na questão. Quando em campanha, Jânio encheu a população de esperança ao mostrar-se favorável a sua causa. Porém, logo após eleito,



surpreendeu ao implementar uma política de “descompressão”<sup>7</sup> através de seu aliado Paulo de Tarso, então prefeito de Brasília.

Argumentava-se que para “salvar” a cidade 2/3 da população deveria ser removida, especialmente os que haviam trabalhado e morado de forma irregular antes da inauguração de Brasília. Esses removidos foram alocados, como já citado, em outras cidades-satélites do DF. Houve também uma pressão para que os empresários cumprissem o combinado e se movessem para o Plano Piloto de Brasília. Dessa forma, a “descompressão” foi vista como mais uma ação governamental que visava erradicar totalmente o local (HOLSTON, 1993, p. 267).

Ocorre, porém, que, inesperadamente, Jânio Quadros renuncia seu mandato. Esse momento muda muito dos acontecimentos subsequentes, e, de imediato, a mudança de Paulo de Tarso da prefeitura de Brasília e, conseqüentemente, um enfraquecimento da política de “descompressão”. Além disso, o presidente substituto, João Goulart, mostrava-se simpático a causa, tanto por seu histórico de envolvimento com o movimento trabalhista como também para ganhar apoio na base governista. A estratégia de *lobby* do MPFNB mostrava-se, dessa maneira, eficaz no sentido de ter uma pauta no CN que desencadeou o interesse presidencial de Goulart que buscava aliados para apoiá-lo em seu recente mandato.

Dessa forma, com o apoio do presidente, o deputado Breno Silveira, representante do movimento no CN, conseguiu adesões suficientes para aprovar a lei N° 4020 em 20/12/1961 ratificando o status legal do reduto comercial de Cidade Livre como cidade-satélite de Brasília com o nome de Núcleo Bandeirante (nome pelo qual o antigo presidente JK se referia a localidade). Esse é o único caso até hoje em que uma cidade-satélite foi criada por lei, e não por decisão do Executivo (HOLSTON, 1993, p. 269).

Segundo HOLSTON (1993) o Núcleo Bandeirante, assim com outras cidades-satélites do DF e regiões do Brasil, surgiu, dessa maneira, de modo derivativo. Isto significa dizer que foram criadas pelo Estado, mas que este estava apenas dando fundamento legal aquilo que já havia sido usurpado, ou seja, o direito de residência que inicialmente havia sido negado à população *candanga* de Brasília. Dessa forma, a periferia dita “legal” surge com uma atitude subversiva da população contra o Estado e se organiza de modo a reivindicar direitos de residência que são atendidos pelas autoridades afim de remover aquilo/aqueles que não estavam no planejamento. Essa idéia pode ser explicitada nas palavras do autor:

---

<sup>7</sup> Expressão utilizada em conformidade com Holston (1993) quanto o autor aborda as periferias legais do DF. p. 257 – 288.

Os pobres parecem entender com clareza o paradoxo central nesse desenvolvimento: o de que a própria ilegalidade de seus terrenos não só os torna acessíveis, mas também, e mais ainda, leva a confrontos com as autoridades, em que direitos legais de residência podem ser negociados [...]. Assim os favelados desencadeiam ocupações organizadas em terrenos para precipitar tais negociações [...]. (HOLSTON, 1993. p. 271)

Assim, os candangos que outrora viviam em um local provisório ou invadido e estavam destituídos do direito de residir na “Capital da Esperança”, conseguiram mudar seu status passando a ser residentes legais do Distrito Federal. Entretanto, apesar da conquista do MPFNB, o movimento que antes englobava gente de diversos status, ocupações e origens enfraqueceu e dissolveu-se. A ACB continuou a existir e a fazer reivindicações em várias matérias como se fosse uma demanda de toda a cidade quando, na verdade, representada interesses majoritariamente dos empresários. Fica claro que a situação emergencial de luta contra a remoção da cidade foi o que mobilizou a população como um todo, mas, após a vitória do direito de residir, outros direitos não foram objeto de reivindicações (HOLSTON, 1993).

O Núcleo Bandeirante, dessa maneira, sem organização popular “formal”, sem “padrinhos” políticos no CN para representá-lo e sem uma forte elite candanga com interesses no local fixou-se e se tornou periferia legal do DF, mas essa condição não impediu sua marginalização. As políticas governamentais da recém-inaugurada Brasília eram voltadas somente para a área de fato planejada, para o centro que era legítimo. Assim, essa cidade-satélite se tornou uma localidade sem importância, sem interesse e relegada à própria sorte.

Os candangos, a classe de comerciantes e todas as famílias que atenderam ao chamado de Juscelino para a epopéia de Brasília perceberam que sua relevância só existiu até o dia 21 de Abril de 1960, e que a figura do “titã anônimo” que outrora havia sido exaltada como o novo herói nacional era, na verdade, uma falácia que não impediu a segregação e a reprodução dos processos de desigualdade do país.



Figura 5: Mobilização de trabalhadores no Núcleo Bandeirante no ano de 1964. Fonte: Arquivo Público do DF.

### 3 CONTRIBUIÇÕES DA GEOGRAFIA URBANA

#### 3.1 CENTRO E CENTRALIDADE: CONCEITOS PARA ANÁLISE DE CIDADE LIVRE/NÚCLEO BANDEIRANTE

Como já discutido inicialmente, Cidade Livre/NB foi concebida por iniciativa governamental para ser o núcleo abastecedor e prestador de serviços à população candanga que habitava o DF em construção. Era o reduto comercial pensado e planejado, mas de caráter provisório onde a efervescência era vista na circulação, no lazer, no crescimento exponencial e na influência exercida na capital ainda não inaugurada.

Usando conceitos geográficos, sobretudo de Geografia Urbana, podemos pensar que Cidade Livre/NB era o *centro* da capital e exercia sobre a população uma *centralidade*. Esses conceitos são, às vezes, muito próximos e há uma má interpretação de seus significados que, apesar de atrelados, são distintos.

Nas palavras de Silva, O.T., (2013) podemos definir *centro* como uma realidade material, produzido historicamente pela ação de inúmeros agentes que contribuem para sua conformação. O centro é uma determinada área que concentra as principais atividades dentro de um tecido urbano, sendo visível na paisagem pelo seu adensamento de redutos comerciais e de serviços (em alguns casos pela verticalização das construções), bem como pelo volume de transeuntes ao longo do dia. O centro, dessa forma, é fruto da produção do espaço a partir de forças centrípetas que se acumulam numa determinada porção desse espaço. Essas forças centrípetas são os *fixos e fluxos*, onde os primeiros seriam elementos materiais como malha viária e construções, por exemplo; já os segundos seriam os movimentos condicionados pela ação humana, como fluxo de capitais e circulação urbana. Sposito (*apud* SILVA, O. T., 2013, p. 3) fala sobre o centro da seguinte forma:

No interior da cidade, o centro da cidade não está necessariamente no centro geográfico, e nem sempre ocupa o sitio histórico onde esta cidade se originou, ele é antes um ponto de convergência/divergência, é o nó do sistema de circulação, é o lugar para onde todos se dirigem para algumas atividades e, em contrapartida, é o ponto de onde todos se deslocam para a interação destas atividades aí localizadas com as outras que se realizam no interior da cidade ou fora dela. Assim, o centro pode ser qualificado com integrador e dispersor ao mesmo tempo.

Já *centralidade* pode ser entendida como um fator de influência que se expressa a partir de um centro; como a capacidade de concentrar/atrair atividades e pessoas e a polarização dos fluxos. A centralidade, ao contrário do centro, não é uma realidade material,

mas sim algo imaterial justamente relacionado com a capacidade de integração/dispersão de fluxos manifestado pelo centro a partir sua configuração física (fixos). Como diz Silva, O. T., (2013, p. 5):

Somente a partir de um centro, de uma aglomeração de fixos, seja este centro produzido de forma controlada por diversos agentes ao longo de um grande período de tempo, seja produzido por um único agente num local estratégico e num espaço de tempo curto, podemos ter a manifestação da centralidade. [...] não existe realidade urbana sem centralidade e não existe centralidade que não se manifeste a partir de um centro.

Dessa forma, quanto mais intensa a quantidade de fluxos que convergem/divergem a partir de um centro, quanto mais forte sua realidade material através de infra-estruturas e ainda quanto mais trabalhadores, consumidores, frequentadores, sentimentos e valores simbólicos, maior a centralidade exercida pelo centro.

Esses conceitos aplicados à realidade de Cidade Livre/NB deixam mais claro o entendimento acerca dos atores e dos fatores que ocasionaram àquele reduto se tornar o dinamizador da economia da Brasília ainda não inaugurada. Percebe-se que Cidade Livre/NB era o centro do DF (quanto às questões comerciais e, também, relativo à aglomeração urbana existente) e que sua centralidade se tornou possível pela ação de múltiplos agentes, mas, sobretudo, pela ação (e, às vezes, omissão) do Estado.

Primeiramente devemos nos lembrar que Brasília já era destinada a ser uma cidade grande pela importância que teria em âmbito nacional. A cidade foi planejada para ser o centro político do Brasil e, conseqüentemente, exercer sua influência em âmbito nacional. Mas diferentemente das grandes metrópoles brasileiras, o ideal de construção de uma “capital nova” visava criar uma cidade que fosse diferente do restante do país principalmente quanto às questões urbanísticas e de povoamento. A princípio, a idéia era que o plano piloto de Brasília se consolidasse e que a partir dele a cidade crescesse num movimento do centro para as periferias (FERREIRA, 1985. p. 73).

Contudo, antes que o centro planejado existisse, fez-se necessário a criação por parte do Estado de um centro anterior e provisório. Esse centro não teria o papel político que Brasília teria, sendo apenas um centro abastecedor necessário para manter a massa trabalhadora do DF em construção. Serpa (2013) diz que os fatores que conferem centralidade aos centros (e sub-centros) são principalmente relacionados a questões econômicas e políticas. Dessa maneira, por iniciativa da Novacap, Cidade Livre/NB foi criada em Dezembro de 1956 para ser o primeiro centro da capital, mas estava relacionado à interesses comerciais, diferentemente do papel político do centro de fato, Brasília.

Essa realidade mostra o papel do Estado como indutor do surgimento/desaparecimento de centros, como fala Correa (2013, p. 45): “A atuação do Estado insere-se no contexto econômico, político e social de cada momento da dinâmica sócio-espacial da região em que se situa”. O autor ainda elenca algumas possibilidades de ação do Estado nesse sentido que podem ser:

- O poder de estabelecer normatizações jurídicas (leis, regras, normas, regimes) de produção e uso do espaço; no caso em questão o regime de comodato;
- Estabelece as condições de produção do espaço para agentes sociais determinados, como vias de tráfego, sistema de energia, água, saneamento em geral e os demais espaços físicos da cidade; ou seja, atuação estatal na determinação dos fixos, que por sua vez geram fluxos, que por sua vez demandam novos fixos num processo de alimentação mútua e contínua; e
- Controle do mercado fundiário e do mercado imobiliário determinando condições de residência/habitação em determinados locais para determinados grupos sociais gerando processos de segregação e conflitos sociais.

Essas possibilidades de ação estatal relativas à criação de centros podem ser vistas na realidade de Cidade Livre/NB. O primeiro ponto – a normatização jurídica – mostra que o Estado tomou medidas para criar um centro comercial no DF daquela época, mas, ao mesmo tempo, se resguardou quanto à perda de autoridade e controle do local. Ao pensar no reduto comercial, o Estado estimulou a formação de um centro através de políticas incentivadoras relacionadas ao regime fiscal e à distribuição de lotes para os comerciantes. Em contrapartida, criou outro ordenamento jurídico que demonstrava o caráter provisório de Cidade Livre/NB e que legitimaria sua ação futura quanto à regulação daquele espaço, isto é, o regime de comodato (HOLSTON, 1993). Desse modo, a produção do espaço foi estimulada, a princípio, como já dito, de um modo *laissez faire* e “frouxo” onde era interessante a conformação de um centro provisório. Mas, subsequentemente, o Estado mostra seu “poder” de também dismantelar os centros criados por ele mesmo através de mecanismos jurídicos que legitimam sua ação.

Quanto aos agentes sociais mencionados no segundo ponto, podemos dizer que os agentes “escolhidos” para produzir aquele espaço foram os comerciantes. Mas, apesar dessa escolha, o Estado não limitou a circulação dentro das imediações de Cidade Livre/NB como fez com os acampamentos de construção. Essa falta de regulação fez com que os fluxos migratórios que a construção de Brasília atraía fossem conduzidos para as imediações de Cidade Livre/NB fazendo o seu crescimento ser exponencial ao longo dos anos (HOLSTON,

1993). As cidades surgem e crescem pelo fluxo de pessoas que se concentram numa porção do espaço geográfico. Esses fluxos migratórios, por sua vez, demandam fixos para circular. Porém, nesse caso, ocorreu que independentemente da criação de fixos por parte do Estado, os fluxos convergiram para este centro provisório.

Além disso, a precariedade do local construído para ser destruído não impediu que o centro se expandisse. Não houve na época políticas relacionadas à urbanização de Cidade Livre/NB, saneamento básico ou água e energia elétrica regularmente fornecida, mas isso não fez os fluxos diminuírem e nem que novos atores surgissem para compor o centro. A intensa migração direcionada à Cidade Livre/NB fez com que seu crescimento se desse de maneira desordenada, saturando a distribuição de lotes da Novacap e gerando problemas de invasões fugindo da idéia inicial e do controle por parte do Estado (SILVA, H. M., 2011). Dessa maneira, os agentes que contribuíram pra que a localidade se tornasse o centro do DF àquela época foram múltiplos, alguns desejados e estimulados (comerciantes) e outros indesejados (migrantes), mas isso só foi possível pela ação/omissão estatal.

Nessas condições, o centro provisório tornou-se “inchado” e abrigava uma superpopulação. Como o local não deveria se fixar pós-inauguração de Brasília, o Estado teve que tomar algumas medidas para que esse centro anterior por ele criado não se consolidasse ainda mais tornando-se uma mazela no moderno plano urbanístico de Brasília. Para isso, como dito no ultimo item da enumeração anterior, medidas foram tomadas quanto ao controle do mercado fundiário e imobiliário e quanto às condições de residência/habitação. Foram implantadas políticas de “desafogo” e “descompressão”, bem como tentativas de erradicar as invasões (e até a própria Cidade Livre/NB). Os novos fluxos migratórios eram redirecionados e os invasores realocados em outras cidades satélites que foram criadas, isto é, periferias distantes o suficiente para não comprometer o urbanismo da capital (HOLSTON, 1993).

Os comerciantes por sua vez não foram removidos de imediato, mas o regime de comodato só garantiria a legitimidade de seus estabelecimentos até a inauguração de Brasília. Após essa data, teriam seus estabelecimentos alocados nos redutos comerciais do plano piloto, mas, em contrapartida, não lhes era assegurado o direito de residir nas superquadras (HOLSTON, 1993). Dessa forma, atores desejados ou indesejados que ajudaram a conformar Cidade Livre/NB como centro provisório estavam segredados do centro de fato, Brasília. Essa regulação fundiária e de habitação obviamente gerou conflitos, já que os interesses estatais e dos demais grupos conformadores do centro eram divergentes. Esses conflitos de interesse já foram tratados no capítulo 1 quando foi falado sobre a fixação de Cidade Livre/NB e sobre o

MPFNB – Movimento Pró Fixação do Núcleo Bandeirante. Quanto a essa questão podemos citar Corrêa (2013, p. 47):

A terra urbana e a habitação são objetos de interesse generalizado, envolvendo agentes sociais com ou sem capital, formal ou informalmente organizados. Estabelece-se uma tensão, ora mais, ora menos intensa, porém permanente, em torno da terra urbana e da habitação. Se isso não constitui a contradição básica, transforma-se, contudo, em problema para uma enorme parcela da população.

Nesse sentido, podemos dizer que centros e centralidades existem, se formam, se consolidam e desaparecem pela ação combinada de vários agentes ou, em alguns casos, pela atuação majoritária de um único agente. Corrêa (2013, p. 43) também diz que:

A produção do espaço, seja o da rede urbana, seja o intraurbano, não é o resultado da “mão invisível do mercado”, nem de um Estado hegeliano, visto com entidade supra-orgânica, ou de um capital abstrato que emerge de fora das relações sociais. É consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade.

Dessa maneira, percebe-se que os centros surgem, se consolidam e desaparecem pela ação de atores/agentes múltiplos, ainda que haja, em alguns casos, atores majoritários. No caso de Cidade Livre/NB ocorreu que seu surgimento se deu pela iniciativa estatal, mas, o crescimento de sua centralidade no contexto do DF, tornou-se maior devido à contribuição de agentes diversos.

Os atores que compuseram essa localidade àquela época, fossem desejados ou indesejados, nada puderam fazer para que esse centro perdesse seu caráter provisório, já que nunca foi um local que fizesse parte do plano urbanístico de Brasília. O estudo dessa localidade e desse período da história do DF nos permite perceber, também, as incoerências do Estado (o agente principal nesse contexto). Apesar do estímulo e da expectativa gerados em âmbito nacional quanto à epopéia da mudança da capital, esse agente que, ora incentivava, ora restringia, não conseguiu regular a produção do espaço urbano de Cidade Livre/NB de modo satisfatório para todos os envolvidos. Isso mostra que os centros e centralidades em Brasília não são “de todos” como o *marketing* da época pregava, mas sim espaços segregatórios e de privilégios selecionados (HOLSTON, 1993).



### 3.2 CIDADE LIVRE/NÚCLEO BANDEIRANTE: UMA EXPRESSÃO DO CIRCUITO INFERIOR DA ECÔNOMIA

Santos (1979) elaborou a teoria dos circuitos econômicos para explicar a urbanização dos países subdesenvolvidos. Sua intenção era produzir um arcabouço de idéias voltadas para a realidade própria do terceiro mundo de modo a romper com as teorias existentes que usavam modelos de países desenvolvidos para explicar a produção do espaço. Dessa forma, sua teoria tem um viés econômico, mas que explica, também, processos de organização/reorganização do espaço no contexto urbano das cidades do subdesenvolvimento.

De acordo com essa teoria, há dois circuitos econômicos que influem em medidas diferentes na produção do espaço urbano através de dimensões qualitativas e quantitativas sendo, portanto, duas zonas de influência dentro de um dado contexto. Cada um dos circuitos se caracteriza pelo conjunto de atividades realizadas e pela parcela da população que se liga a ele, sobretudo para a atividade do consumo (SANTOS, 1979). Sendo assim, o primeiro circuito é denominado *circuito superior* da economia. Esse circuito se caracteriza por ser moderno e por ser consumido pelas classes de maior renda. O segundo circuito é chamado de *circuito inferior* da economia. Esse último tem como característica ser mais tradicional e menos tecnológico e por atender, sobretudo, as classes baixas. Santos (1979, p.33) distingue os dois de forma sucinta da seguinte maneira:

Não se poderia caracterizar os dois circuitos da economia urbana através de variáveis isoladas, antes é necessário considerar o conjunto dessas atividades. Mas, pode-se dizer, desde já, que a diferença fundamental entre as atividades do circuito inferior e circuito superior está baseado na diferença de tecnologia e organização. O circuito superior utiliza uma tecnologia importada e de alto nível, uma tecnologia “capital intensivo”, enquanto que o inferior a tecnologia é “trabalho intensivo” e frequentemente local ou localmente adaptada ou recriada.

Da mesma maneira, o autor diz:

[...] o circuito superior como constituído pelos bancos, comércio e indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores. O circuito inferior é constituído essencialmente por formas de fabricação não “capital intensivo”, pelos serviços não modernos fornecidos a varejo e pelo comércio não moderno de pequena dimensão. (p. 31)

Essa breve diferenciação inicial já evidencia que no contexto de Cidade Livre/NB a produção daquele espaço se deu por uma influência muito forte do circuito inferior da economia. Além disso, naquela época, a região onde a capital seria erguida era

pouquíssimo povoada e sua ocupação/produção se deu e modo induzido através de ações estatais. Dessa maneira, verifica-se que, diferentemente de outras localidades do país, a urbanização do DF se deu não pela influência do setor agropecuário ou industrial, mas foi induzida pela ideologia de Brasília. Apesar do conceito de circuito inferior ser mais abrangente, Santos (1979, p. 157) cita ainda o termo “terceirização”<sup>8</sup> para definir esse tipo de urbanização, isto é, aquela que precede qualquer industrialização anterior. Em suas palavras:

O circuito inferior é mais comumente chamado de “terciário” na literatura referente à urbanização dos países subdesenvolvidos: “terceirização” tornou-se a expressão consagrada para definir as atividades e as situações de emprego resultantes de uma urbanização sem industrialização.

Para melhor diferenciação, a tabela a seguir faz um paralelo entre os dois circuitos da economia. Sua análise evidencia o ponto defendido quanto a Cidade Livre/NB ser uma expressão do circuito inferior.

Características dos dois circuitos da economia urbana  
em países subdesenvolvidos

Características	Circuito Superior	Circuito Inferior
Tecnologia	Uso intensivo de capital	Uso intensivo de mão-de-obra
Organização	Burocracia	Primitiva, não estruturada.
Capital	Importante	Escasso
Mão-de-obra	Limitada	Abundante
Salários regulares	Prevalentes	Não requeridos
Estoques	Grande quantidade	Pequena quantidade
Preços	Fixos (em geral)	Negociáveis
Crédito	Institucional (bancos)	Não institucional (pessoal)

<sup>8</sup> Collin Clark (1957) propôs a divisão tripartite da economia em setores primário, secundário e terciário. Tal formalização não pode ser aplicada totalmente a realidade dos países subdesenvolvidos por ser insuficiente. Contudo, por falta de outro modelo a ser seguido, esta proposta se perpetua. Santos (1979) fala sobre isso na indagação “*Circuito inferior ou setor terciário?*” In *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. P. 157.

Margem de lucro	Pequena por quantidade; grande por volume.	Grande por unidade; pequena por volume.
Relação com fregueses	Impessoal	Personalizada
Custos fixos	Importantes	Negligenciáveis
Propaganda	Necessária	Nenhuma ou quase nenhuma
Reutilização das mercadorias	Nenhuma	Frequente
Capital de reserva	Essencial	Não essencial
Ajuda governamental	Importante	Nenhuma ou quase nenhuma
Dependência direta de países estrangeiros	Grande	Pequena ou nenhuma

\*\* baseado na tabela elaborada por Santos (1979, p.34).

Ao analisarmos a tabela anterior e as características gerais de Cidade Livre/NB, vemos que há muitas coincidências entre aquela localidade e o modelo proposto por Santos (1979) para circuito inferior da economia. A ideologia de Brasília atraiu como já dito anteriormente, um grande contingente populacional oriundo de diversas regiões do país. Esse contingente - apesar de não ser totalmente uniforme - pode ser, em linhas gerais, caracterizado por migrantes com pouca instrução, pouca qualificação profissional e com objetivos assemelhados relacionados à ascensão social. Mesmo que houvesse uma diferenciação entre os trabalhadores da construção civil e os trabalhadores ligados às atividades de prestação de serviço/comércio ou entre “candangos” e “doutores”, Cidade Livre/NB aglutinava toda a população do DF daquela época “homogeneizando” as pessoas através de sua liberdade de ação. Dessa forma, pode-se dizer que a principal característica de circuito inferior expresso naquela localidade era a capacidade de integração populacional. Isso conferiu àquela localidade a centralidade já mencionada, tornando-a o dinamizador da economia do DF e sendo produzida, via de regra, para as classes desfavorecidas que ali se reuniam. Sobre esse capacidade de integração do circuito inferior, Santos (1979, p. 203) diz:

O circuito inferior constitui, portanto, um mecanismo de integração permanente, que interessa em primeiro lugar a toda uma massa de migrantes insolventes e não qualificados. Fornece uma quantidade de empregos máxima para uma imobilização mínima de capital, responde, ao mesmo

tempo, às necessidades do consumo e à situação geral do emprego e do capital.

Outra característica intrínseca desse circuito expressada no DF em construção (e evidenciada em Cidade Livre/NB) era a facilidade de ingresso nas atividades empregatícias. A ocupação principal no DF daquela época era, obviamente, a construção civil. Mesmo que um migrante não tivesse qualquer experiência ou qualificação nessa área, a demanda e a pressa do “ritmo Brasília” abarcava grande parte dos que se deslocavam para a capital. Tanto as empreiteiras quanto a Novacap alocavam os migrantes nos postos de trabalho disponibilizados quase que simultaneamente ao seu desembarque em Cidade Livre/NB. Além disso, a mobilidade e as promoções (até certo limite, claro) eram frequentes. Sobre esse ponto e também para exemplificar a integração existente em Cidade Livre/NB, podemos citar Holston (1993, p. 225):

[...] o candango recebia um emprego, a partir das listas de vagas que as empresas privadas, os institutos de previdência e a Novacap tinham de registrar no escritório de recrutamento. Depois desse alistamento inicial, contudo, os trabalhadores tinham liberdade para mudar de emprego. Com efeito, as empresas particulares encorajavam-nos a fazer isso, à medida que a feroz competição uma a atrair os empregados da outra. Após ser admitido nesse mercado, o candango encontrava-se em uma situação que tinha algo de uma feira de empregos: listas de vagas disponíveis e dos salários-hora em constante concorrência eram transmitidos por meio de um sistema onipresente de alto-falantes em Cidade Livre/NB (Grifo nosso).

Santos (1979, p. 199) também destaca a fluidez do mercado de trabalho no circuito inferior nas mais diversas atividades:

A fluidez do emprego é impressionante. A falta de necessidade de especialização para um grande número de atividades faz com que os indivíduos passem sem dificuldade de uma ocupação a outra. [...] Não se muda de atividade no decorrer de um ano, ou mesmo de uma semana, ou de um dia, porque é emocionante, mas porque é necessário adaptar-se rapidamente a uma demanda muito sensível as oscilações de conjuntura.

Cidade Livre/NB não era um local vinculado à construção civil, mas foi criada com um viés capitalista. Apesar disso, percebe-se, dessa maneira, que a localidade, por ser o “centro” da capital, era o local onde as facilidades de acesso e a fluidez do emprego era manifestadas. Todavia, além desses trabalhadores operários, havia também uma outra parcela de migrantes que não estavam envolvidos com as atividades da construção mas que, apesar disso, também encontravam facilidade de ingresso em outras ocupações, sobretudo de prestação de serviços ou comerciais.

As políticas de isenção fiscal adotadas pelo governo daquela época estimularam a vinda de comerciantes - principalmente das cidades de Goiás - para a formação de um centro comercial no DF, a própria Cidade Livre/NB. Esses migrantes comerciantes não encontraram, como já dito, muita dificuldade ou burocracia para se instalar e receber um lote na localidade, bastando apenas a comprovação que dispunham de capital suficiente para sustentar o negócio proposto (HOLSTON, 1993). Essa exigência *laissez-faire*, além de se enquadrar na facilidade de acesso as atividades mencionadas anteriormente, se enquadra, também, no modelo proposto para o circuito inferior, onde a ajuda governamental é nula, ou quase nenhuma. Excetuando-se dois incentivos básicos (isenção total de impostos e o lote) não havia qualquer outra ajuda por parte do governo (nem mesmo em infra-estrutura), estando os comerciantes por sua conta e risco.

Os empresários e comerciantes muitas vezes rumavam para a capital com suas famílias de modo que seus estabelecimentos comerciais e locais de residência eram coincidentes no mesmo lote (os estabelecimentos comerciais localizavam-se na parte da frente do lote e a casa nos fundos. A parte da frente era a que se voltava para rua). Essa característica conferiu que muitos dos estabelecimentos fossem de cunho familiar, sem a necessidade da contratação de empregados. Mas, caso houvesse necessidade de empregados, essa tarefa também não era difícil já que também havia oferta de trabalhadores que preferiam as rotinas dos redutos comerciais ao frenético ritmo dos acampamentos de construção (HOLSTON, 1993). Dessa maneira, fica evidente que, independentemente da atividade executada, fosse relacionada com a construção civil ou com o comércio/prestação de serviços, a entrada nas atividades empregatícias era facilitada em Cidade Livre/NB. Isso porque a mão de obra era abundante e porque as políticas governamentais frouxas da época permitiram o desenvolvimento da localidade com características próprias de circuito inferior. Sobre essa facilidade de acesso, cita-se Santos (1979, p. 161):

O ingresso nas atividades do circuito inferior geralmente é fácil, na medida em que, para isso, é mais necessário o trabalho que o capital. E como a mão-de-obra é barata, não é difícil começar um negócio. Os empregados, se necessários, são encontrados com facilidade, porque a notícia de oportunidade de trabalho circula rapidamente.

Deve-se destacar, além disso, que, os empresários, após receber o lote, dispunham de 30 dias para construir, em madeira, seus estabelecimentos comerciais (SILVA, H. M., 2011). Sendo assim, devido ao pouco tempo dado para a instalação dos estabelecimentos e devido à precariedade das construções, poucos eram os comércios de

grande porte ou com espaço físico suficiente para abrigar grandes estoques de produtos. Esse estoque reduzido, contudo, não era verdadeiramente um problema, mas sim uma característica comum já que, o abastecimento prestado pelo comércio local era de itens de consumo mais imediatos ou perecíveis (alimentícios, roupas, higiene pessoal, etc.), lazer (cinemas, bares, bebidas) e serviços cotidianos (barbearias, alfaiates, hotéis, etc.) feitos de modo irregular. Pode-se, de outra maneira, até mesmo enxergar esse pouco capital empregado como uma vantagem já que isso tornava possível ao empresário mudar o ramo de suas atividades e adaptar seu estabelecimento as conjunturas do mercado. Santos (1979, p. 198) tem uma fala quanto isso:

O circuito inferior só pode funcionar através de uma adaptação estreita as condições conjunturais. Nisso ele é favorecido pela divisibilidade e a mobilidade tanto da mão de obra como do capital, que permitem ao empresário seguir com mais flexibilidade as variações quantitativas e qualitativas da demanda e, assim, melhorar os rendimentos marginais da empresa.



Figura 6: Exemplo de uma mercearia de Cidade Livre/NB. Observa-se que há estoques reduzidos de diversos gêneros. Isso exemplifica o ponto anterior sobre a possibilidade de flexibilização do comércio/consumo. Fonte: Arquivo Público do DF

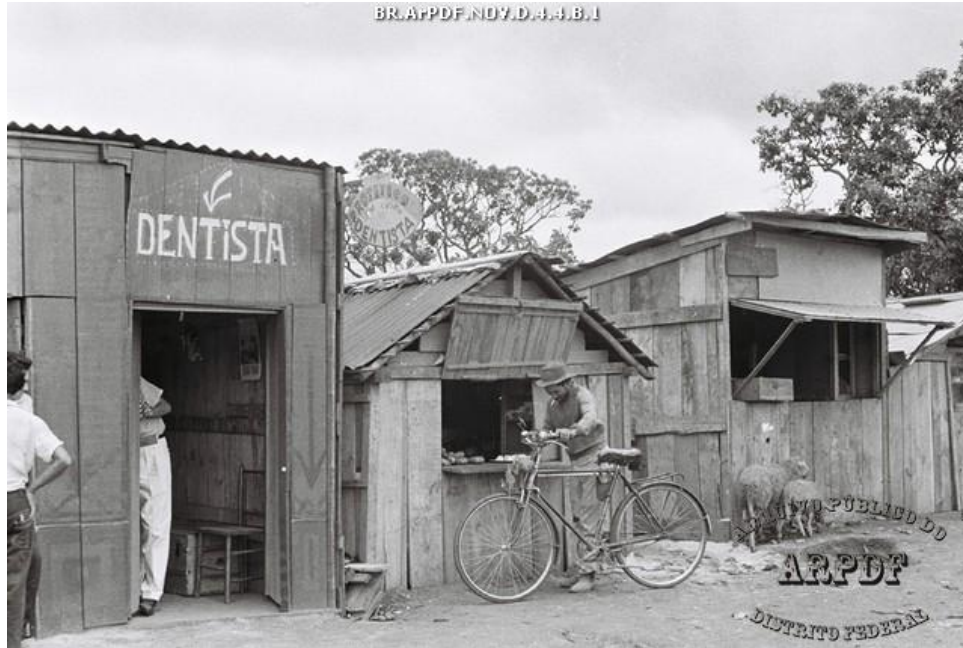


Figura 7: Consultório odontológico em Cidade Livre/NB. Outra exemplificação de serviços prestados de modo irregular. Fonte: Arquivo Público do DF.



Figura 8: Cinema em Cidade Livre/NB. Lazer desfrutado pelos operários também de modo irregular. Fonte: Arquivo Público do DF

Outra característica de Cidade Livre/NB que ajudava em sua atividade comercial e no exercício de sua centralidade era o seu arranjo em avenidas. A organização do reduto em ruas largas de linha reta foi pensada por Bernardo Sayão para facilitar tanto a distribuição dos lotes aos empresários quanto à circulação (SILVA, H. M., 2011). Como o transporte também

era precário àquela época, pensar nesse fator foi fundamental para que o deslocamento dos trabalhadores em direção a esse centro e em suas imediações pudesse ser feito de modo facilitado, inclusive a pé. A importância dessa facilidade de circulação para/nos centros é um fator destacado por Serpa (2013, 102):

O conceito de centro ou localidade central, além de estar associado à aglomeração das atividades terciárias, incorpora também os fatores que favorecem sua formação/consolidação. Portanto, quando se fala em centros e subcentros, fala-se também em áreas de fácil acesso e circulação.

A combinação dessas duas últimas características mencionadas (comércios varejistas de pequeno porte e facilidade de deslocamento da clientela) também é destacada por Santos (1979, p. 168) como um aspecto característico do circuito inferior. Em suas palavras:

A densidade e a distribuição das lojas estão calcadas nas **possibilidades de deslocamento a pé da clientela**. De outro lado, a dimensão dos comércios é uma adaptação a um consumo pequeno e irregular. A venda em microvarejo permite ao cliente pobre, que dispõe de magras rendas no dia-a-dia, abastecer-se em pequenas quantidades. (Grifo nosso).

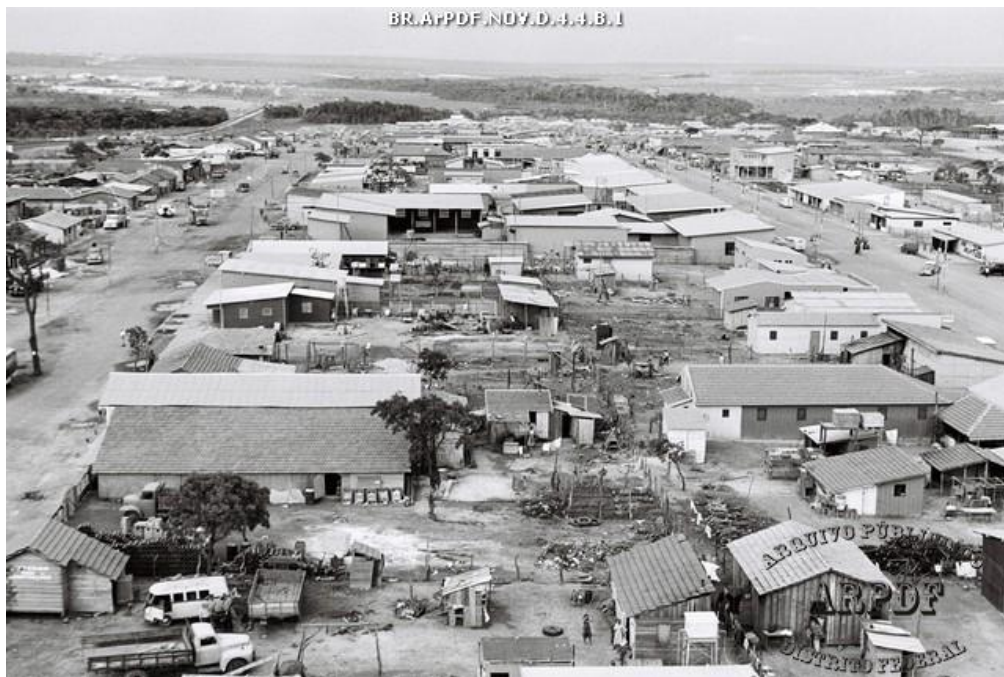


Figura 9: Nessa imagem aérea é possível ver o arranjo em avenidas da localidade. É possível também ver aquilo anteriormente mencionado, as frentes comerciais voltadas para a rua e as residências nos fundos.

Fonte: Arquivo Público do DF





Figura 10: Circulação a pé da clientela pelo reduto comercial. Fonte: Arquivo Público do DF.

Já o mercado consumidor de Cidade Livre/NB era muito amplo, transcendendo o universo dos trabalhadores e dos acampamentos de construção. Como já mencionado anteriormente, a centralidade exercida naquela época era tão forte que a saturação da distribuição de lotes em Cidade Livre/NB levou o surgimento de um novo tipo de habitação: as invasões. Nessas localidades, a população era das mais desprivilegiadas já que não tinham o acesso tão facilitado aos postos de trabalho dos acampamentos de construção (devido ao não cumprimento das exigências da Novacap<sup>9</sup>) e também habitavam em loteamentos irregulares que extrapolavam os limites de Cidade Livre/NB. Esse contingente populacional aumentava exponencialmente já que o chamado de JK dava a entender que a nova Capital era uma espécie de “Eldorado” no Planalto Central (SILVA, H. M., 2011)

Para o governo da época, essas favelas circundantes a Cidade Livre/NB eram um problema já que toda aquela população ameaçava o moderno plano urbanístico da nova capital. Porém, para a classe comerciante, essas localidades compunham uma grande parcela de sua clientela e ajudavam a movimentar a economia local consumindo os produtos e serviços de Cidade Livre/NB. Os invasores, por sua vez, tinham a localidade como um refúgio contra remoções e local onde podiam trabalhar, consumir e ter acesso a algum tipo de crédito. Dessa maneira, havia uma relação de ganhos multilaterais. Holston (1993, p. 266) fala sobre esta situação:

<sup>9</sup> Quanto à regulação do mercado de trabalho nos acampamentos de construção ver Holston (1993, p. 222-226).

Cidade Livre/NB proporcionava atividade comercial sem regulamentos a uma quantidade de consumidores tanto em meio à própria população quanto nas favelas ao redor. Do mesmo modo, os favelados encontravam na cidade empresarial sua principal fonte **de bens, serviços, crédito e emprego** (Grifo nosso).

Sobre a influência das migrações como uma variável própria do circuito inferior e como fator que aumenta sua importância, Santos (1979, p. 204) também fala que “o comportamento e a evolução de cada circuito estão ligados, de um lado, a variáveis que lhes são próprias e que modificam sua importância, como a chegada incessante de pobres na cidade que incha o circuito inferior [...]”.

Dessa forma, mais algumas características do circuito inferior eram vistas em Cidade Livre/NB, dentre elas: o crédito não institucional (pessoal) dado por base na mera “confiança” e sem qualquer garantia já que, grande parte do mercado de consumidor não tinha, de fato, como dar garantias; a relação com os fregueses feita de modo personalizado de acordo com a necessidade e a capacidade de consumo; preços passíveis de negociação, e, em muitos casos, diretamente com o empresário/ proprietário e o consumo feito em pequena escala.

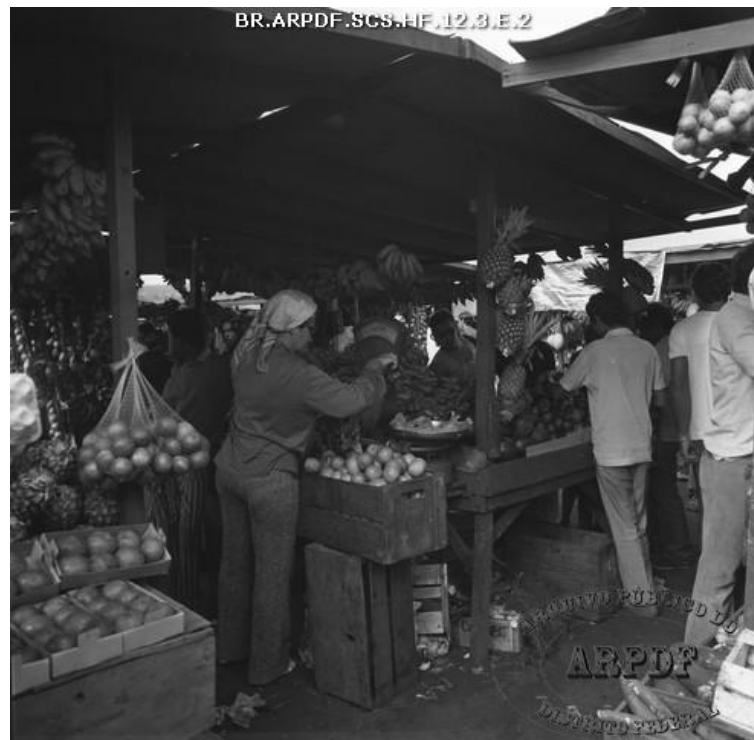


Figura 11: Feira em Cidade Livre/NB. Outro exemplo de comércio feito em pequena escala.

Fonte: Arquivo Público do DF.

Há que se destacar que todas essas características supramencionadas de circuito inferior expressas em Cidade Livre/NB têm muito a ver com o caráter provisório da localidade. Como a setorização no plano urbanístico de Brasília já havia sido previamente pensada e com a idéia inicial de remoção de Cidade Livre/NB após Abril de 1960, os redutos comerciais no centro de fato (Brasília) seriam os locais adequados para receber investimentos estatais e privados que atrairiam outras atividades próprias do circuito superior ajudando a conformar o plano piloto da capital, relegando, dessa maneira, as atividades de cunho inferior para o centro provisório. Com isso não se quer dizer que o circuito inferior desapareceria da capital após sua construção porque o que ocorre na verdade é um processo de interdependência entre os dois subsistemas da economia. O que é dito é que não era interessante a fixação desse centro provisório e com isso, invariavelmente, não eram vantajosos grandes investimentos na localidade, nem estatais e nem privados.

Há que se pensar também que, os dois circuitos não são esferas isoladas entre si. Há uma intercessão de consumo entre ambos pelas diversas classes sociais, variando apenas a frequência com que se consome em cada um deles. Como diz Santos (1979), o próprio fato de haver uma classe média impossibilita falar em circuitos fechados ou como sistemas isolados entre si. O mesmo autor fala sobre essa questão:

Os dois circuitos não são sistemas isolados e impermeáveis entre si, mas ao contrário, estão em interação permanente. [...] o funcionamento de cada circuito compreende um articulação interna ou horizontal com diferentes graus de integração e uma articulação vertical que se realiza pela comunicação entre atividades dos dois circuitos. (p. 204)

Portanto, diante desta enumeração de características, conclui-se que, Cidade Livre/NB exercia sobre a capital em construção uma centralidade baseada em fatores próprios do circuito inferior da economia urbana. Essas facetas de circuito inferior são demonstradas através de uma análise conjuntural das variáveis e dos elementos que compunham a realidade daquela localidade àquela época. Isso evidencia que a expressão maior ou menor de um dos subsistemas da economia varia ao longo da produção urbana das cidades. Os exemplos propostos não tem caráter exaustivo, sendo, portanto, possível a investigação de outros elementos que também caracterizem a idéia proposta.

Cidade Livre/NB era o centro do DF em construção, reduto comercial e abastecedor de uma gama imensa de pessoas. Apesar de não ter sido pensada para ter a importância que adquiriu, a centralidade dessa localidade era evidente baseada no consumo e no comércio ali existente. Isso conferiu a possibilidade de inclusão de novos fatores e atores

na produção daquela parcela do espaço do DF. Para fechar esse ponto, Santos (1979, p. 205) fala sobre a importância de um dado circuito da economia em um determinado momento e sobre as variáveis que lhe conferem importância:

A estrutura do aparelho de produção e de comercialização presente numa cidade é uma variável importante do consumo nos dois circuitos. Entretanto, pelo fato de a oferta e a demanda em cada um dos subsistemas serem interdependentes, é necessário apelar para outras variáveis para explicar a **importância relativa de cada circuito num momento dado**. Trata-se da distribuição de renda e das possibilidades de crédito, do grau de abertura da população aos consumos modernos, da importância do emprego governamental e das migrações regionais, do tipo e do ritmo das atividades da região, da organização dos transportes na cidade, **todas essas variáveis agindo para aumentar ou, ao contrário, para frear o consumo num circuito ou noutro.**” (Grifo nosso).

### 3.3 O COMÉRCIO E O CONSUMO EM CIDADE LIVRE/NÚCLEO BANDEIRANTE COMO FATORES INICIAIS DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DO DF

[...] em nenhuma civilização a vida urbana floresceu sem a presença de trocas. O comércio faz parte da razão de ser da cidade. Viabiliza a sua existência, explica a sua organização e justifica muito do movimento e animação que nesta acontece. Por meio do comércio e dos lugares onde este se exerce, as pessoas satisfazem suas necessidades, criam-se laços de sociabilidade. Em suma, **no comércio reside o verdadeiro embrião da vida urbana** naquilo que esta pressupõe de interação, de troca em sentido lato e de produção de inovação. (SALGUEIRO e CACHINHO, 2006. p. 10) (Grifo nosso)

Diante do que foi argumentado até o momento e em conformidade com a idéia inicial supracitada de Salgueiro e Cachinho (2006), percebe-se que, também no caso do DF em construção, a produção do espaço urbano da nova capital teve como marco inicial as atividades comerciais exercidas em Cidade Livre/NB e em suas imediações. Sobre essa correlação entre cidade e comércio, podemos citar, também, Pintaudi (2013, p. 144) quando a autora diz que a “análise do comércio permite uma melhor compreensão do espaço urbano, na medida em que comércio e cidade são elementos indissociáveis”. A mesma autora ainda diz que “ a atividade comercial pertence à essência do urbano e seu aprofundamento nos permite um melhor conhecimento desse espaço e da vida na cidade”.

Na época da construção da nova capital, Cidade Livre/NB era o único aglomerado urbano da região. Como o centro de fato (Brasília) ainda não havia sido inaugurado, o reduto exercia, também de forma exclusiva, as atividades de cunho capitalista do DF. Era, apesar de provisório, o centro e exercia sua centralidade por toda a região através das atividades comerciais ali disponibilizadas atraindo a circulação e os fluxos àquela época.

Contudo, o que se viu ao longo dos anos foi um crescimento vertiginoso da população e uma expansão urbana desordenada a partir de Cidade Livre/NB que não pode ser explicada somente pelo viés econômico.

Ao se pensar em uma nova capital, os idealizadores de Brasília vislumbravam erguer uma capital diferente, que negasse o Brasil no qual estava inserida. Brasília, dessa forma, não deveria apresentar as mazelas típicas das grandes cidades brasileiras. Apesar dessa idéia, o que se viu foi que o “Eldorado” no Planalto Central atraiu um contingente populacional maior que o esperado de forma que esses novos personagens, de maneira distópica, conferiram um “abrasileiramento” para a cidade em construção (HOLSTON, 1993).

Com isso, o que se quer dizer é que, Cidade Livre/NB ganhou importância devido à interdependência entre ser um reduto comercial planejado (mas provisório) e ter um mercado consumidor composto pela massa de migrantes indesejados. Dessa maneira, além do caráter econômico intrínseco, o comércio também depende e é fruto das práticas sociais do contexto em que está inserido. Não há como dissociar as práticas comerciais e as práticas sociais. Nessa linha podemos citar Pintaudi (2013, p. 145):

[...] **as formas comerciais são, antes de mais nada, formas sociais;** são as relações sociais que produzem as formas que, ao mesmo tempo, ensejam relações sociais. Analisar as formas comerciais, que são formas espaciais históricas, permite-nos a verificação das diferenças presentes no conjunto urbano (Grifo nosso).

Em outro estudo acerca das práticas comerciais Pintaudi (2009, p. 59) diz ainda que “o espaço onde se realiza o comércio, a forma de troca que uma sociedade faz uso para se reproduzir, é de natureza social e, portanto, não é possível analisá-lo apenas como um suporte que não interfere, que não transforma a sociedade”.

Ainda quanto ao contexto sócio-econômico, deve se pensar que os migrantes que vieram para a capital em construção vislumbravam melhorar sua condição social através das oportunidades aqui existentes. Esse pensamento era ainda estimulado pela propaganda governamental que colocava Brasília como o local que traria desenvolvimento ao país. Toda essa população ao chegar a Brasília fez de Cidade Livre/NB o seu “lar” já que suas fronteiras

livres permitiam que aqui se instalassem (ainda que em invasões), consumissem itens necessários a sua sobrevivência, obtivessem algum tipo de crédito e, sobretudo, se inserissem no mercado de trabalho.

Sendo assim, Cidade Livre/NB, enquanto aglomerado urbano, pôde se expandir e se consolidar numa lógica na qual para a classe empresarial o comércio se fortalecia com o crescente mercado consumidor; já para os migrantes havia possibilidades de emprego e consumo num processo de retroalimentação e ganhos múltiplos. Dessa forma, há que se analisar a origem do processo que, no caso em questão, entrelaça fatores comerciais e sociais na produção do espaço urbano do DF. Nessa linha, podemos citar Salgueiro e Cachinho (2006, p. 28):

Os padrões de atividade comercial não podem compreender-se pela análise dos padrões em si mesmos, **mas apenas pelo estudo dos processos sócio econômicos que estão em sua origem.** [...] o espaço é um produto social específico, no sentido em que todas as sociedades e modos de produção produzem o seu próprio espaço (Grifo nosso).

Nesse contexto, Cidade Livre/NB tornou-se uma localidade que tinha vida própria independentemente de Brasília existir de fato ou não. O contexto comercial combinado ao social conferiu dinâmica a localidade e fez com que os habitantes do reduto (tanto empresários quanto invasores) não quisessem se desfazer da localidade ou ser transferidos para outras cidades satélites.

Isso mostra, também, que o consumo, dentro de um contexto urbano, acontece para além das mercadorias e que havia um poder simbólico naquele reduto comercial que se materializou na forma como aquele espaço era vivenciado. Como diz Salgueiro e Cachinho (2006, p. 30) “O poder simbólico do consumo tanto diz respeito às mercadorias como aos lugares que lhe servem de contexto e montra, estender-se a própria cidade ou alguns dos seus territórios”. Na mesma linha, cita-se os mesmos autores quando estes dizem que:

Não só o espaço urbano é uma construção social como os sistemas comerciais são construídos espacialmente e, por conseguinte, **os atores individuais ou empresariais**, que são e fazem o espaço, para funcionarem eficazmente **estabelecem com o espaço relações de familiaridade/proximidade e territorializam suas ações.** (p. 30)

O que foi argumentado mostra que, apesar de Cidade Livre/NB ter se tornado uma mazela e/ou um local indesejado pelos idealizadores de Brasília dentro do projeto urbanístico da cidade, a localidade é, sem dúvida, o marco inicial da produção do espaço urbano do DF. A combinação comercial/consumo e migrações inter-regionais brasileiras

possibilitou a expansão do único aglomerado urbano do DF em construção. Possibilitou que aqueles brasileiros que atenderam ao chamado governamental para erguer a nova capital transformassem, de fato, uma localidade “inabitada” e pensada para ser ocupada somente *a posteriori* em um local com ocupação, com gente, com cultura, com circulação e com características reais de uma cidade que se iniciava (SILVA, H. M. 2011).

Aglomerado este que não só existia e tinha dinâmica própria independente de Brasília de fato existir, como também deu origem a diversas outras cidades satélites do DF após as políticas de descompressão da cidade.

Portanto, pensar a produção do espaço urbano do DF, desde sua origem até os dias atuais, deve, necessariamente, levar em consideração Cidade Livre/NB e sua população já que foi através dessa localidade que a nova capital do país pode adquirir sua “brasilidade” e iniciar a produção urbana do espaço do DF.

## **4 DA GRADUAL PERDA DE CENTRALIDADE AO QUADRO ATUAL**

### **4.1 AS POLITICAS DE “DESCOMPRESSÃO” DE CIDADE LIVRE/NÚCLEO BANDEIRANTE: AS QUESTÕES COMERCIAL E HABITACIONAL COMO MAZELAS NO URBANISMO DA NOVA CAPITAL**

A lei Nº 4020 de 20/12/1961 alterou o status de Cidade Livre/NB de “periferia ilegal” para “periferia legal”, nas palavras de Holston (1993). Isso por si só já pode ser considerado um grande feito alcançado pelo MPFNB frente ao planejamento da nova capital já que Brasília foi pensada para se expandir somente quando o Plano Piloto atingisse sua saturação com uma população entre 500 a 700 mil habitantes (CAMPOS, 1988, p. 72).

Apesar disso, o que se viu ao longo dos anos foi uma gradual introversão da localidade tanto em questões comerciais quanto em questões habitacionais. O reduto não conseguiu se manter na vanguarda comercial do DF e, apesar de ter sido o marco inicial da produção urbana do espaço da nova capital, a cidade tornou-se, na atualidade, apenas uma cidade-satélite dormitório como muitas outras. Isso mostra que o reduto não foi capaz, ao longo da expansão urbana do DF, de se fixar além da perspectiva legal. A centralidade pretérita foi se diluindo conforme a cidade crescia e a vitória inicial mostrou-se, com o passar dos anos, um ato de importância menor em relação ao que se imaginava.

Nesse sentido, deve-se pensar que uma localidade comercial (no caso, um centro comercial) para se consolidar e perdurar num dado contexto deve evoluir conforme a cidade evolui. Como fala Pintaudi (2009, p. 59):

Uma forma comercial para durar no tempo tem que ter capacidades de resistência, precisa ter um sentido, criar raízes e ao mesmo tempo se atualizar para dialogar com as novas formas que emergem. Não se trata de uma tarefa muito fácil se considerarmos a velocidade com que as mudanças ocorrem [...].

Nos tópicos seguintes serão analisados alguns fatores que ocasionaram Cidade Livre/NB a se introverter e a perder sua centralidade no âmbito do DF.

#### **4.1.1 A questão comercial/empresarial e a perda de força política**

A gradual perda de centralidade e de importância de Cidade Livre/NB no contexto do DF está atrelada a construção, consolidação e desenvolvimento de Brasília.



Alguns fatores que ocasionaram a introversão de sua centralidade são de ordem natural dentro da evolução e da dinâmica do tecido urbano da cidade e outros são decorrentes de ações estatais que visavam preservar o moderno plano urbanístico da nova capital.

Como já argumentado anteriormente, a localidade foi pensada para ser um centro comercial provisório necessário somente enquanto o centro de fato ainda não estivesse inaugurado e em funcionamento. A única função pensada para a existência de Cidade Livre/NB por parte de seus idealizadores era que houvesse no DF em construção um local que provesse à massa trabalhadora de candangos itens e serviços não disponibilizados nos acampamentos de construção. Era o local que, dentro do contexto das obras, seria o ambiente que traria uma quebra na monotonia e nas pesadas jornadas do “ritmo Brasília”. Assim, o reduto tinha, a princípio, somente uma função mantenedora da classe operária que vendia sua mão de obra para a epopéia de nova capital (HOLSTON, 1993).

Esse caráter efêmero fica evidente no regime de comodato estabelecido pela Novacap ao distribuir lotes para a classe comerciante que foi convidada para ali se instalar. O comodatário poderia fazer uso do terreno somente por um período máximo de 4 anos. Após esse período, a coisa infungível (isto é, o lote em uso) deveria ser devolvida. Esse regime mostra que, ao governo - ainda que posteriormente a localidade tenha adquirido importância além das expectativas - Cidade Livre/NB não deveria existir após 21 de Abril de 1960. Após essa data, todos em Cidade Livre/NB seriam considerados invasores, fossem favelados ou empresários. Holston (1993, p. 266 - 269) aborda essa falta de interesse em manter o reduto por parte do governo desde o próprio JK, passando pelo seu sucessor, Jânio Quadros, até, enfim, João Goulart - por questões e simpatias políticas - dar cabo da situação e regulamentar a fixação do local.

Essa falta de interesse pela continuação da localidade deve-se, primeiramente, ao fato que, dentro do projeto urbanístico de Brasília, as áreas comerciais já haviam sido pensadas de antemão dentro de um zoneamento determinado. A centralidade comercial ocorrida em Cidade Livre/NB não foi pensada para ser duradoura, complementar, concorrente ou que, de alguma forma, pudesse substituir ou coexistir com os redutos comerciais do Plano Piloto de Brasília. Tanto não havia essa possibilidade que aos comerciantes, dentro do acordo feito com a Novacap, era ofertado transferir seus estabelecimentos para o Plano Piloto de Brasília para os locais pensados para atividades comerciais e que seguiam uma padronização estético-urbanística (com destaque para os comércios na avenida W3 sul e norte e os comércios de entre quadras) (HOLSTON, 1993).

Brasília seria ocupada somente em um momento subsequente ao seu erguimento por uma população selecionada e que tinha seu status ligado à Administração Pública Federal. A idéia era que essas pessoas provindas da capital anterior - Rio de Janeiro - aqui encontrassem uma cidade pronta para se viver. Nessa lógica, toda a estrutura urbana deveria estar pronta para receber tal população da mesma forma que havia, também, a necessidade que o comércio estivesse pronto para fornecer-lhes de tudo. Dessa maneira, era indispensável que os redutos comerciais do Plano Piloto estivessem em “pleno funcionamento” (por mais artificial que essa idéia fosse e ainda que não houvesse uma dinâmica comercial e um mercado consumidor próprio como havia em Cidade Livre/NB).

Nesse contexto de se “preparar” o Plano Piloto para receber a população que lá teria direito de residir e ainda quanto às questões de zoneamento urbano da cidade e sobre o impacto que isso acarretaria na dinâmica comercial do DF, podemos citar Cachinho e Salgueiro (2006, p. 12):

O comércio disponibiliza aos consumidores (empresas ou cidadãos) mercadorias para satisfazer necessidades e desejos sendo, portanto condicionado, na sua organização e funcionamento, pelas alterações no sistema de produção, **pela distribuição das populações** e pelas mudanças nos estilos de vida que interferem nos hábitos de consumo e, ainda, pela organização da própria cidade, **principalmente no que respeita aos sistemas de mobilidade e zoneamento.** (Grifo nosso)

Em conformidade com a citação anterior, fica evidente que o zoneamento urbano de Brasília e o ideal de se construir uma cidade para burocratas influiu na perda de centralidade comercial em Cidade Livre/NB. O comércio naquela localidade era destinado à manutenção da classe operária que se tornaria indesejada assim que a capital fosse inaugurada. Logo, o comércio pós inauguração deveria ser alocado dentro da estrutura urbana voltada para os que possuíam direito de residência na capital.

Ainda que para muitos comerciantes e empresários tal mudança não fosse uma garantia de sucesso de seus estabelecimentos, Holston (1993, p. 265-267) fala sobre como tais personagens foram gradualmente compelidos a cumprir com o que havia sido acordado no contrato de comodato (ainda que muitos tivessem interesse em continuar com suas atividades em Cidade Livre/NB). Apesar da inércia existente no Plano Piloto e do medo de ter suas receitas comprometidas, a opção de transferência era melhor do que receber o status de “invasor”. Cita-se ainda o mesmo autor quando este diz que:

Os comerciantes [...] consideravam desastrosa economicamente uma mudança para o Plano Piloto. Naquele momento, suas perspectivas

comerciais eram sem dúvida sombrias. O Plano Piloto mal estava habitado; suas áreas comerciais, sobretudo as da Asa Norte, eram dispersas e isoladas, e em toda parte seus edifícios estavam sujeitos a controles de planejamento estritos, que proibiam alterações de fachada ou expansões;[...]. (HOLSTON, 1993, p. 265)

Houve reivindicações feitas pela ACB (que já existia desde 1958) para que o reduto fosse incorporado ao plano urbanístico de Brasília como bairro (que se chamaria Bernardo Sayão) ou quanto à urbanização e integração da localidade com o Plano Piloto. Essa integração, porém, foi ignorada. Havia também interesse na compra definitiva de lotes extras por parte dos comerciantes por um preço razoável, sem entrada e à longo prazo (HOLSTON, 1993). Esse ponto também não foi atendido pela Novacap e tais reivindicações não evitaram a subsequente transferência de inúmeros estabelecimentos.

Ainda que Cidade Livre/NB tenha conseguido se fixar e alterar seu status, o papel político da ACB não foi forte o suficiente para conferir que seu interesse – isto é, o interesse da classe empresarial e não o interesse “de todos”, como era dito – dialogasse com a Novacap e fortalecesse a localidade junto às políticas voltadas para o Plano Piloto. Dessa maneira, ainda que alguns empresários tenham adquirido, por força de Lei, o direito de permanecer em Cidade Livre/NB, viram-se relegados a própria sorte já que os investimentos e as políticas voltaram-se para o centro de fato, Brasília. Para confirmar essa idéia, cita-se Holston (1993, p. 269-270) ao abordar a não continuidade de ações efetivas após a fixação do reduto e a vitória do MPFNB. Em suas palavras:

[...] a despeito de sua impressionante vitória, o MPF (movimento pró fixação), a Comissão Central e sua rede de associações de vizinhança e *lobbies* estaduais dissolveram-se depois dessa mudança de status da cidade. A associação comercial continuou a fazer *lobbies* em defesa de vários assuntos, alegando muitas vezes representar toda a cidade, à falta de líderes eleitos. Contudo, [...] a ACB tendia a falar “em nome do povo”, quando na verdade representava reivindicações centradas quase que apenas nas necessidades de seus membros, os empresários. [...] Foi apenas sob condições de emergência, impostas pela ameaça de erradicação, que uma mobilização abrangendo a cidade inteira e todas as classes aconteceu.

Para confirmar o enfraquecimento da política em Cidade Livre/NB pós inauguração de Brasília, cita-se também o candango Cesar Trajano em entrevista concedida ao programa de história oral do Arquivo Público do DF.

(Entrevistador) -O Núcleo Bandeirante era naquela época atuante na política?

(Cesar Trajano) - Era porque a Associação Comercial nasceu ali, então foi ali o nascedouro também da política. **Mas depois com a criação do Plano Piloto depois da mudança, foi criando um novo núcleo político dentro do Plano**

**Piloto e foi enfraquecendo o Núcleo Bandeirante**, porque as pessoas que militavam na política, a gente fazia era política comercial, empresarial ela mudou, porque nós não votávamos, aqui não havia eleições. (pagina 17, grifo nosso)

Cabe ainda ressaltar que, pouco tempo após a inauguração de Brasília, o governo militar ascendeu ao poder (1964), o que conferiu uma rigidez maior quanto à participação política da população, sobretudo quanto à organização de movimentos sociais. Para confirmar, cita-se Campos (1988, p. 80-81):

O rígido controle social instaurado a partir do golpe militar de 64 **cerceou as possibilidades de organização e crescimento dos movimentos sociais que começavam a tomar corpo em Brasília**, dando margem ao Estado, cada vez mais autoritário e centralizado, exercer uma política de erradicação das “invasões”, localizadas mais próximas ao núcleo central (Plano Pilon) para as áreas periféricas das cidades satélites. (Grifo nosso)

Nesses trechos fica evidente o ponto defendido. A política exercida em Cidade Livre/NB tinha um viés comercial e foi enfraquecendo diante do crescimento político do plano piloto, local que passou a polarizar as ações governamentais. Essa política comercial foi, de fato, o que conferiu força ao MPFNB, mas, após a fixação, a ACB perdeu força devido ao fato de não haver, de modo consolidado, uma elite local com interesses no reduto ou um grupo político que representasse a localidade frente ao CN e, subseqüentemente, pela impossibilidade de dialogo com o governo militar.

Além disso, posteriormente a vitória quanto à fixação, as reivindicações feitas pela ACB não tinham um cunho “popular”<sup>10</sup>. Dessa maneira, a simbiose existente entre as diversas classes foi se desfazendo gradualmente. Os invasores conseguiram seu objetivo maior, o direito de residir (nas distantes cidades-satélites). Os empresários que não queriam se instalar no Plano Piloto conseguiram assegurar o direito de permanecer com seus estabelecimentos em Cidade Livre/NB. Dessa maneira, não havia mais a necessidade da “parceria” firmada por ambos os lados (HOLSTON, 1993).

---

<sup>10</sup> Holston (1993, p. 266) enumera algumas das reivindicações apresentadas pela ACB à Novacap. Não fica claro, em nenhuma dessas reivindicações, questões que dissessem respeito a todas as classes de habitantes de Cidade Livre/NB.

#### 4.1.2 A questão habitacional e a dispersão da população invasora

O segundo ponto que se deve ter em mente e que era ainda mais importante que a questão comercial era a questão habitacional. O crescimento populacional do DF, nos primeiros anos, seguia uma taxa média de 109,88% ao ano. A população que era de 12.700 habitantes no ano de 1957 passou para 127.000 no ano de 1960 (FERREIRA, 1985, p. 72). Esse crescimento foi ocasionado não só pelas imigrações como também pelo crescimento vegetativo na ordem de 33,7% a.a, o que fez a população do DF multiplicar-se 4 vezes entre 1960 e 1970 (CAMPOS, 1988, p. 78).

Toda essa população, após a inauguração de Brasília, não seria absorvida pelo Plano Piloto até porque os direitos de residir nas superquadras foi dado, via de regra, apenas à população que viria do Rio de Janeiro e estava vinculada à Administração Pública Federal. Nessa lógica, a favelização tornou-se inevitável e, devido a já mencionada facilidade de acesso e circulação em Cidade Livre/NB, os fluxos e habitações irregulares se concentravam nas imediações do reduto comercial.

Dessa forma, para evitar o crescimento urbano desordenado, as favelizações e a apropriação de terras com futuro valor imobiliário por parte de uma população indesejada, era necessário ao Estado tomar medidas que introvertessem a importância adquirida por Cidade Livre/NB e diluíssem a população que ali habitava (tanto as que habitavam de modo legal, quanto as de modo ilegal) (HOLSTON, 1993).

Na verdade, o “ideal” para os pensadores de Brasília era que grande parte da massa migrante retornasse para seus locais de origem após a inauguração da capital. E isso era até mesmo esperado até porque com as principais obras já entregues e com a gradual diminuição dos postos de trabalho na construção, o Eldorado naturalmente perderia seu “encanto”(CAMPOS, 1988).

Contudo, era inviável que isso ocorresse, até mesmo porque durante um período de tempo os fluxos migratórios se mantiveram e muitos migrantes não tinham condições ou para onde voltar (e nem queriam voltar para as situações que tinham, já que muitos eram retirantes ou já haviam migrado mais de uma vez para outros centros). Da mesma forma, nem todos os migrantes seriam absorvidos pelas atividades desempenhadas na capital (até mesmo pela baixa qualificação). Todo esse contingente populacional mostra que o Estado se precipitou em suas previsões quanto aos fluxos migratórios. Para confirmar essa idéia, cita-se Oliveira, T. M. (2007, p. 85):

Acreditava-se que um terço da população migrante regressaria, outro terço seria absorvida em atividades locais e a fração restante seria absorvida em atividades agrícolas, nos arredores da cidade. Nesse contexto, é cabível pensar numa exacerbação do poder de planejamento do Estado, pois na verdade, a maior parte desse lastro de população, certamente não considerado nas previsões técnicas oficiais, permaneceu e “fincou raízes”; não retornando ao seu passado falido e cheio de anseios na busca em configurar o grande sonho de esperança idealizado no nascedouro de Brasília.

Essa resistência por parte dos migrantes em permanecer na capital - mesmo tendo as perspectivas diminuídas - aliada ao fluxo contínuo - ainda que numericamente menor ao longo dos anos - gerou, naturalmente, um incremento nas invasões existentes. Campos (1988, p. 90) também aborda essa questão dizendo que:

O contínuo fluxo de migrantes associado à diminuição do ritmo das construções realizadas no Plano Piloto, fez com a pressão provocada pela demanda de bens e serviços continuasse elevada, presenciando-se uma nova fase de formação de “invasões” e crescimento dos assentamentos irregulares remanescentes.

Interessante notar que, em Brasília, de acordo como discurso oficial, as favelas que se formaram foram chamadas de *invasões* e seus moradores eram chamados de *invasores*, ao invés de favelados. Isso se deve ao fato de o Estado tentar, através dessa nomenclatura, deslegitimar e embutir no senso comum à idéia de transgressão por parte dessa população (OLIVEIRA, T. M., 2007). Os candangos que outrora foram exaltados passam a ser, mais uma vez, vistos com preconceito.

O uso dessa nomenclatura também foi utilizado como arma ideológica do Estado para convencer a população invasora da necessidade de mudança. Ao “oferecer” uma mudança de localidade, isto é, a possibilidade de habitar em um espaço regularizado, o Estado garantiria a legitimidade de suas moradias, o que faria o status de “invasores” ser alterado para residentes legais. Sobre essa questão, também cita-se Oliveira, T. M. (2007, p. 113):

[...] foi utilizado o termo “invasor” com a função de deslegitimar seus desejos, suas moradias e o seu direito em ocupar a região [...]. De forma ideológica, a possibilidade da casa própria foi utilizada, visando transformar o favelado “invasor” em inquilino, em proprietários do lote, animando o seu imaginário, resgatando seus sonhos, ressaltando a sensação de “vitória de vida”, significando muito para um povo que passou boa parte de sua vida em busca de um mínimo de qualidade para ela.

Dessa maneira, para preservar o plano urbanístico de Brasília e ao mesmo tempo com intuito de “acalmar” a sede dos migrantes quanto ao direito de residir na capital, o Estado criou as *idades-satélites*. Essas localidades, como diz Holston (1993, p. 257 – 288), são, na

verdade, aglomerados que surgiram por iniciativa estatal, mas somente porque este viu-se obrigado a criá-las, já que os migrantes já haviam usurpado o direito de residir na capital. Holston (1993) ainda diz que as periferias ilegais (invasões e favelas) tornaram-se periferias legais (cidades-satélites) surgidas da rebelião de uma população que não aceitava sua exclusão da cidade dita ser de todos os brasileiros.

Então, nesses espaços, seriam alocadas as populações invasoras e para lá seriam redirecionados os novos fluxos migratórios. Dessa forma, o Estado evitaria que o “abrasileiramento” excessivo colocasse Brasília no mesmo nível das demais grandes cidades brasileiras quanto a questões urbanísticas e habitacionais e ainda exerceria seu papel “inclusivo” quanto aos mais desfavorecidos. Mas, de fato, as cidades-satélites eram espaços segregatórios e de “limpeza” urbana. Nessa linha, podemos citar Campos (1988, p. 72) ao dizer que desde a construção de Brasília já ocorria uma

Seletivização espacial, pois o Plano Piloto, desde o início, caracterizava-se como o espaço urbano destinado ao funcionalismo público federal e à pequena burguesia, enquanto as cidades-satélites eram formadas a partir da pressão exercida pela população migrante de trabalhadores menos qualificados [...].

Além dessa seletividade espacial supracitada, o relato a seguir do candango César Trajano evidencia algumas ações estatais com intuito de introverter Cidade Livre/NB e para a dispersão de sua população e das invasões ao seu redor. Nesse trecho da entrevista podemos ver, de maneira evidente, o que foi ofertado para as classes citadas (empresários e migrantes invasores) e em como isso acarretaria, implicitamente, uma imposição de mudança e não uma oferta de mudança.

(Entrevistador) - O senhor saberia falar para a gente sobre a transferência, por que as invasões foram sendo transferidas do Núcleo Bandeirante. Dizem que uma parte foi para Taguatinga, outra para Asa Norte, o senhor participou dessas transferências e presenciou a demolição dos barracos, eles impunham resistências para sair?

(Cesar Trajano) - Olha eu não participei assim como membro ativo de mudança, mas eu presenciei, eu acompanhei. Então, aqueles comerciantes que eram... porque eles queriam acabar com o Núcleo Bandeirante, Jânio Quadros. Então disse que passava trator nos que ficassem por último, então o que acontece? Foi dado uma opção e alguns arrependeram, e a grande maioria não se arrependeu foi de vir para a Asa Norte. Nós estamos agora na Asa Norte, aqui nessa entrevista. E foi oferecido terrenos à vontade, do jeito e tamanho que queriam, e foram trazendo os comerciantes. **Aos residentes mais humildes era oferecido cidades satélites**, nós tínhamos ali diversas invasões, depois que tirou a Vila Sara Kubitschek para Taguatinga, nós tínhamos ali, a invasão do Morro do Urubu que foi para Ceilândia, levada

pela CEI<sup>11</sup>, que era do governo[...]. (LACERDA, Cesar Trajano de. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2000. p. 07. Grifo nosso).

Algumas ações do Estado com vistas a erradicar a população invasora das imediações de Cidade Livre/NB e, conseqüentemente, do Plano Piloto de Brasília podem ser vistas nesse relato. As remoções foram feitas antes mesmo da inauguração da capital, como é o caso da citada Taguatinga que foi criada em 1958 com a retirada dos moradores da favela Sara Kubitscheck que margeava a rodovia Brasília-Anápolis.

Na verdade, existiram diversas ações estatais desse caráter ao longo de toda a década de 60 e 70 como, por exemplo, o Sistema financeiro de Habitação (SFH) e a Sociedade de Habitações de Interesse Social (SHIS), ambos destinados a construir habitações populares nas cidades-satélites. Somente no período de 1970 – 1976 o SFH e a SHIS produziram mais de 23.000 habitações populares, sobretudo em satélites como Taguatinga e Guará. Em 1968 foi criado também a Comissão de Supervisão dos Núcleos Habitacionais Provisórios (CSNHP) que até 1970 já havia removido cerca de 9.248 barracos. O governo do Distrito Federal também criou na década de 70 o Grupo Executivo para Assentamentos de Favelas e Invasões (GEPAFI) (CAMPOS, 1988, p. 80 - 91). Todos esses grupos governamentais citados são de caráter exemplificativo, apenas. Existiram várias outras ações com o mesmo objetivo.

Contudo, o caso mais emblemático e relevante para este trabalho é a mencionada CEI que foi criada pelo governo para cuidar da questão da invasão IAPI, que também se situava nas imediações de Cidade Livre/NB.

Vila IAPI era uma invasão composta por aproximadamente 10 mil barracos onde habitavam cerca de 48 mil favelados (CAMPOS, 1988, p. 80). Contudo, se ampliarmos a análise para o chamado *complexo IAPI*<sup>12</sup>, esse número aumenta para 82 mil pessoas que habitavam os mais de 12 mil barracos (OLIVEIRA, T. M., 2007, p. 100).

Apesar da grandiosidade e proporção que esse complexo de favelas adquiriu, a vida no IAPI era, até certo ponto, claro, boa e “agradável” para seus moradores. Apesar de ser um local invadido, havia características socioespaciais de um verdadeiro bairro. Como diz Oliveira, T. M. (2007, p. 100):

---

<sup>11</sup> CEI - Comissão de Erradicação de Invasões, criada pelo governo no ano de 1969.

<sup>12</sup> Entende-se por complexo IAPI todo o conjunto de favelas que circundavam a favela principal, Vila IAPI. Dentre essas favelas circundantes podemos citar Morro do Urubu, Morro do Querosene, Vila Tenório, Vila Bernardo Sayão, Vila Esperança, Curral das Éguas, Placa Mercedes dentre outras menores (OLIVEIRA, 2007, p. 11).



É interessante ressaltar que a Vila IAPI apresentava em sua disposição espacial considerável adequação urbana. O seu traçado proporcionava aos moradores o encontro e o contato. A disposição e espaçamento dos barracos seguiam uma lógica igualitária e democrática, a área era generosa em arborização e sombreamento, apresentando certa bucolidade das cidades jardins moderna. De farta disponibilidade hídrica, contribuía além da resolução das necessidades básicas e higienização local, para dinamizar a economia, e lazer das crianças e adultos. Era comum os favelados se ajudarem pela representação cultural da cidade ou região de origem ou ainda pela relação de parentesco existente, facilitando a convivência comunitária. Além, é claro, da localização próxima, em contato viário direto com o Núcleo Bandeirante, Guará, Candangolândia e com o Plano Piloto.

Oliveira, T. M. (2007, p. 101 – 102) diz ainda que até mesmo o governo reconhecia as boas características socioespaciais de IAPI. Mas apesar disso, um novo argumento foi levantado para convencer os moradores a aceitarem a remoção: o argumento ambiental.

À época da construção de Brasília, no ano de 1958, foi erguida a EPTC – Estrada Parque Contorno – circundando toda a extensão da Bacia hidrográfica do Paranoá. Essa estrada fazia parte do planejamento da capital e seria referência para quilometragem das rodovias que se interligassem ao DF. O argumento ambiental erradicacionista atrelou essa referencia viária ao PLANIDRO – Plano Diretor de Água, Esgoto e Controle da Poluição do Distrito Federal – visando definir o zoneamento sanitário do DF.

De acordo com o PLANIDRO, as áreas livres localizadas na Bacia do Paranoá (cujos limites coincidem com os da EPCT) não deveriam receber contingentes populacionais além dos já previstos (isto é, o Plano Piloto, que fora erguido dentro de uma das sub-bacias da Bacia do Paranoá). Pensava-se que ao se ultrapassar este suposto limite, poderia ocorrer problemas ambientais como a poluição dos córregos que abastecem o Lago Paranoá assim como sua eventual eutrofização. Dessa maneira, a segregação espacial dos novos aglomerados urbanos tinha, também, um embasamento ambiental e sanitário baseado nas determinações do PLANIDRO. A EPTC passou a ser, então, além de um referencial viário, um anel sanitário de Brasília e um delimitador de pressões demográficas (OLIVEIRA, T. M., 2007, p. 91).

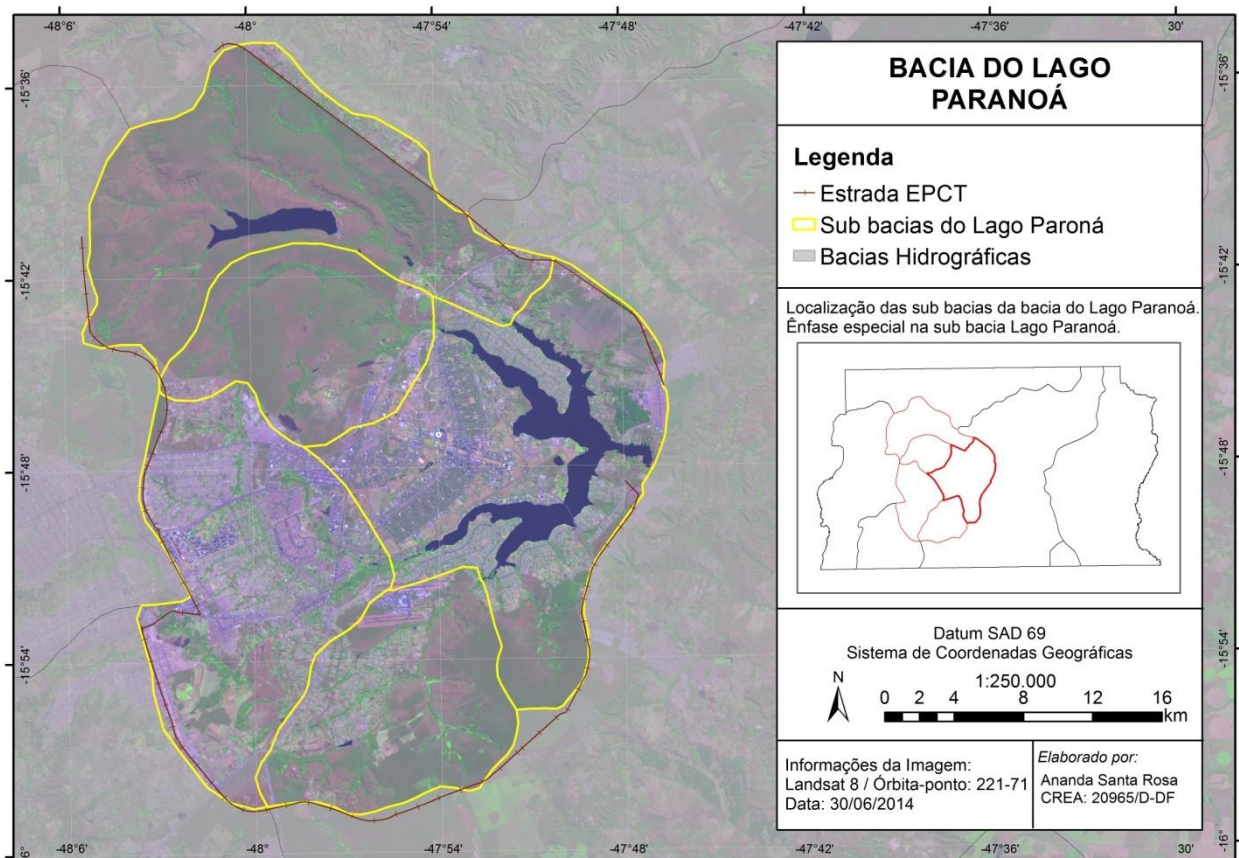


Figura 12: Mapa da Bacia hidrografia do Paranoá e suas sub-bacias. De acordo com o PLANIDRO, excetuando-se o adensamento urbano já previsto (isto é, o Plano Piloto de Brasília, localizado dentro da sub-bacia destacada em vermelho ao lado direito da imagem), não deveria haver outras ocupações urbanas dentro da Bacia do Paranoá, cujos limites coincidem com os da EPCT. Fonte: SEDHAB/DF

De acordo com discurso oficial, o adensamento urbano dentro da bacia do Paranoá seria uma ameaça à saúde tanto da população favelada como do DF como um todo. O que era transmitido era uma “preocupação” com o bem estar de todos os habitantes, inclusive com o dos favelados, e, dessa forma, fica claro que o objetivo era o convencimento quanto aos “benefícios” da remoção (OLIVEIRA, T. M., 2007, p. 102).

Apesar disso, percebe-se que tais práticas tinham, de fato, um caráter preconceituoso e segregador já que, no mesmo espaço protegido do adensamento da população mais humilde foram acomodadas, posteriormente, populações de classe média e de classe alta. Esse argumento visava “limpar” uma área de grande valorização imobiliária e que hoje abriga setores como Guará II, Arniqueiras, Setor de Mansões Park Way e Setor de Mansões IAPI. Para confirmar esse ponto, cita-se Oliveira, T. M. (2007, p. 115):

Ponto interessante a ser discutido, também utilizado pelo governo como discurso convincente a sua prática de erradicação, foi a de preocupação ambiental e de saúde pública, tanto dos favelados do complexo IAPI, como

de toda a população do Distrito Federal, indicado pelo relatório técnico do PLANIDRO [...] respondendo a política de proteção da Bacia do Paranoá. Visando o não adensamento populacional nas proximidades do Plano Piloto, demarcado pela EPTC [..], tal argumentação ficou sob suspeita, pois a mesma área que não poderia sofrer adensamento populacional de baixa renda, por estar localizado nos limites da Bacia, hoje convive com o adensamento populacional da classe média e alta, sob cumplicidade do governo.

Da mesma maneira, pode se interpretar que o surgimento das localidades supracitadas se deu como uma forma de controle e contenção de uma eventual expansão de Cidade Livre/NB e de sua conurbação com as favelas ao seu redor. Para confirmar essa idéia, cita-se Cruz (*apud* OLIVEIRA, T. M., 2007, p. 92-93):

Até mesmo a Cidade Livre/NB, hoje conhecida como Núcleo Bandeirante (que permaneceu dentro desse anel) sofreu modificações do governo local para se “adaptar” ao espaço atual. O setor de mansões Park Way, encostado ao Núcleo Bandeirante, representou nada menos que uma tentativa de impedir o crescimento dessa cidade na forma de uma favela ou de um subúrbio descontrolado. O Park Way materializou-se, assim, no espaço físico como mais um local vendido à classe média. Ceilandia (antiga invasão IAPI) foi instalada fora desse anel e as três letras do seu nome, CEI, indicam a sigla: Comissão de Erradicação de invasões.

Portanto, com o anel delimitador de pressões demográficas da EPCT, os urbanistas de Brasília preservariam sua idéia de construir uma cidade moderna e livre das mazelas típicas dos grandes centros brasileiros. O espaço nobre fica, então, livre do adensamento populacional e os migrantes segregados para cidades-satélites distantes. Nesse sentido, podemos citar Peluso (*apud* OLIVEIRA, T. M., 2007, p.48):

No espaço finito e fechado do Plano Piloto, envolto por extensas áreas verdes de posse do governo, estava tudo o que era necessário para o bem-estar de seus moradores e para a função de Capital Federal. As mazelas dos grandes centros seriam afastadas dessa cidade burocrática, tranqüila e planejada. Encarregado de não permitir deturpações no Plano, a administração garantiria a equidade, a beleza e a harmonia, atuando neutra e racionalmente.

Para finalizar este ponto, interessante notar que essa “limpeza urbana” é mais uma contradição do Estado. O discurso modernizante vinculado a construção de Brasília dizia que a nova capital integraria o país e ocuparia os vazios do território nacional. Mas, antagonicamente a essa idéia, no próprio Distrito Federal havia desarticulação territorial e imensos vazios entre o Plano Piloto e as cidades-satélites.

Além da mencionada seletivização<sup>13</sup> espacial vinculada às classes componentes da população do DF e do argumento ambiental/sanitarista, houve, também, dentro das políticas erradicacionistas, estratégias que visavam minar qualquer tipo de organização popular comunitária. Organizações populares já eram, por si só, difíceis de organizar devido à forte repressão imposta pelo governo militar iniciado em 1964 que não permitia questionamentos às decisões oficiais. Além disso, o governo militar queria evitar que a fixação conquistada pelo MPFNB em Cidade Livre/NB não se repetisse em outras periferias ilegais. Dessa forma, o governo tentou corromper as lideranças locais para que pudessem influir na população de IAPI e assim não dificultar a remoção. Em contrapartida, os que de alguma forma tentassem resistir sofreriam retaliações. Quanto a essa questão, podemos citar Oliveira, T. M. (2007, p. 114):

A prática de cooptação também se fez presente na estratégia de convencimento adotada pela equipe da CEI para remoção dos moradores. As pessoas mais influentes da vila, que tinham potencialidade de organizar alguma resistência, foram contempladas com lotes localizados em áreas privilegiadas na nova cidade-satélite de Ceilândia, além de serviços na administração pública. Por outro lado, aqueles que dificultaram o processo de erradicação do complexo IAPI, ficavam isolados e discriminados, vulneráveis a mercê das ações truculentas da recém formada polícia de Brasília. Sendo também ameaçados a exclusão dos benefícios prometidos pelo governo como recebimento de alimento básico e acesso a água e energia, restando a eles, a aceitação sem luta à transferência.

Dentro dessa argumentação, a CEI distribuiu lotes para a população erradicada para a cidade-satélite de Ceilândia. Mas, ao contrário das diversas promessas de melhoria, o que de fato ocorreu foi um declínio na qualidade de vida da população do IAPI. Os lotes distribuídos tinham uma dimensão de 25 X 10 m<sup>2</sup>, mas careciam de infra-estrutura básica. O abastecimento de água e energia elétrica era precário e a coleta de lixo também era praticamente inexistente gerando grandes acúmulos. Do ponto de vista social, Ceilândia, em seus primórdios, não apresentava as mesmas características comunitárias, já que não possuía os mesmos espaços de encontro e contato existentes em IAPI. Além disso, a distância e o isolamento em relação aos centros (Plano Piloto e Cidade Livre/NB) fez as rendas familiares declinarem. Como a locomoção tornou-se difícil e cara para os locais que ofertavam serviços, o desemprego cresceu e a reprodução de sua mão-de-obra barata também se comprometeu (OLIVEIRA, T. M., 2007, p. 103 - 108).

Apesar desse declínio na qualidade de vida da população removida, no ano de 1972 as ações da CEI erradicaram por completo o complexo IAPI. De forma autoritária, a

---

<sup>13</sup> Termo usado em conformidade com o estudo de CAMPOS (1988).

CEI, somente entre 1970 e 1976, erradicou aproximadamente 118.453 habitantes das favelas que circundavam o Plano Piloto. Lembrando que desse total, aproximadamente 82 mil habitantes (quase 70% do total) eram moradores do complexo IAPI (OLIVEIRA, T. M., 2007, p. 107).

Para Cidade Livre/NB as remoções ocorridas também foram impactantes. O complexo IAPI representava o maior mercado consumidor do reduto comercial. Além disso, muitos funcionários dos estabelecimentos comerciais eram residentes desse complexo de favelas. Ao erradicar IAPI, findou-se a simbiose existente entre empresários e favelados, onde a interdependência entre eles era evidente e, também, desejada.

Da mesma forma, ao serem erradicados para locais distantes, os antigos moradores de IAPI e agora residentes de Ceilândia, tiveram que buscar novas maneiras de subsistência, novos postos de trabalho e novos locais que ofertassem serviços e formas de consumo. O deslocamento pendular em direção ao antigo centro - Cidade Livre/NB - e para o novo centro - Plano Piloto - não era viável para uma população que ainda não havia, de fato, se estabelecido na nova cidade-satélite.

Dessa maneira, a introversão comercial de Cidade Livre/NB pode também ser explicada pela evolução dos aglomerados urbanos do DF. A expansão das cidades-satélites e a distância em que as populações erradicadas foram alocadas tornou a centralidade comercial de Cidade Livre/NB menor ao longo dos anos já que seu mercado consumidor minguava à medida que as favelas eram removidas de suas imediações. Para confirmar essa relação existente entre a importância de um dado centro comercial e as evoluções dos aglomerados urbanos da cidade, cita-se Salgueiro e Cachinho (2006, p. 10):

O comércio faz cidade ao atrair clientes e mercadorias, ao vivificar determinadas áreas e precipitar o declínio de outras, mas sua evolução, do ponto e vista econômico e espacial, é também influenciada pelas mudanças da sociedade, a transformação dos valores e estilos de vida, **a evolução dos aglomerados e as metamorfoses da estrutura urbana.** (Grifo nosso)

Nessa dita “metamorfose da estrutura urbana”, há que se pensar que, com o distanciamento de um grande contingente populacional em relação ao centro (leia-se Cidade Livre/NB) e com o natural crescimento das cidades-satélites, centros secundários acabam por surgir nas regiões periféricas num processo formador de *multicentralidades*. O comércio passa, então, a existir em locais mais próximos da população erradicada, tornando mais viável as atividades de consumo. Quanto a isso, Salgueiro e Cachinho (2006, p. 13) dizem que:

Quando o lugar atinge uma dimensão considerável e ocupa uma superfície relativamente extensa, começa a ser incomodo para os residentes nos territórios mais afastados efetuar deslocações muito frequentes ao Centro; então certas atividades migram daqui para regiões periféricas, onde dão lugar a centros secundários.

A centralidade pretérita de Cidade Livre/NB, que já havia sido pensada para ser provisória, foi gradativamente se introvertendo mesmo após sua fixação. Esse processo não pode ser entendido sem a análise da evolução dos aglomerados urbanos do DF e das políticas erradicacionistas adotadas para resolver a questão habitacional referente à população migrante e insolvente. A centralidade que existiu foi induzida pelo Estado mas seu desmantelamento também o foi. O espaço no DF é, dessa forma, segregador, desigual e ordenado para atender as classes dominante, nada muito diferente daquilo que era, a princípio, evitado pelos idealizadores da capital de “todos”.

#### 4.2 O QUADRO COMERCIAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE NA ATUALIDADE

Para retratar o quadro comercial do NB na atualidade os métodos utilizados foram visitação a campo (*in loco*) e entrevistas realizadas com transeuntes na localidade. Nas visitas a campo foram escolhidos locais que retratam a história comercial da cidade e que tem um valor simbólico para essa RA desde os tempos mais antigos (retomando Cidade Livre) além de serem locais de maior circulação. Esses locais são: Mercado do NB (Mercadão), Feira Permanente, Avenida Central e Setor de oficinas.

Cabe ressaltar que na atualidade, após as políticas de erradicação das invasões mencionadas anteriormente e com recente criação da RA do Park Way (RA- XXIV), o Núcleo Bandeirante é uma das menores RAs do DF. Esse fato facilitou as visitas aos pontos comerciais mencionados já que as distancias não são longas podendo, inclusive, serem percorridas a pé. Para mostrar a dimensão da localidade no âmbito do DF bem como sua localização espacial vide o mapa a seguir.

Localização da RA do Núcleo Bandeirante.

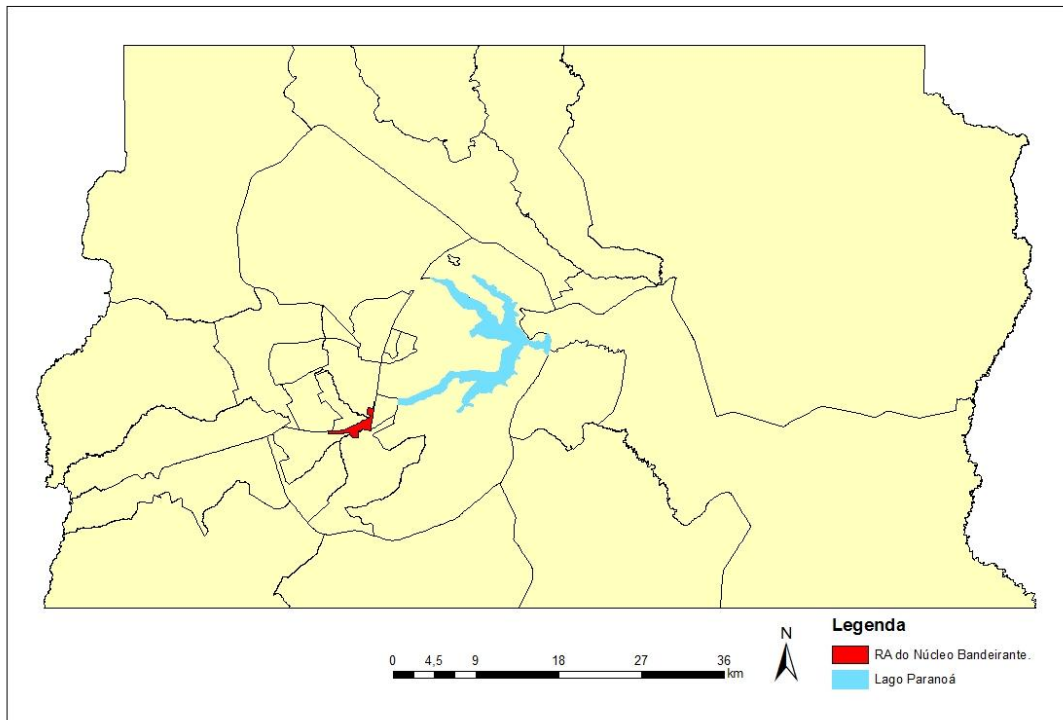


Figura 13: Mapa de localização do Núcleo Bandeirante. Fonte: SEDHAB/DF

As visitas aos locais mencionados foram importantes já que são pontos que, dentro da RA, concentram as principais atividades de serviços e comércio sendo, também, possível ter um contato maior com os frequentadores além de possibilitar um comparativo com a centralidade pretérita. As visitas realizadas bem como as entrevistas com os frequentadores ocorreram no mês de Julho (18/07/14, 19/07/14, 20/07/14 e 26/07/14).



Figura 14: Mercado do NB, chamado de “Mercadão”. Fonte: Arquivo pessoal do autor. Data 19/07/14



Figura 15: Feira Permanente do Núcleo Bandeirante. Fonte Arquivo pessoal do autor. Data 19/07/14



Figura 16: Central do Núcleo Bandeirante. Fonte: Arquivo pessoal do autor. Data 19/07/14



Figura 17: Setor de oficinas do Núcleo Bandeirante. Fonte: Arquivo pessoal do autor. Data 19/07/14



#### 4.2.1 Análise da atual centralidade comercial do Núcleo Bandeirante a partir de visitas *in loco* e observações empíricas

Dos quatro locais visitados o que apresenta maior concentração comercial, maior diversidade de estabelecimentos e, conseqüentemente, maior circulação de consumidores é a Avenida Central. Nessa parte da cidade o que se observou é que há um comércio bastante heterogêneo: padarias, mercearias, lotéricas, bicicletarias, óticas, farmácias, bancos, agropecuárias, papelarias, lojas de eletrodomésticos, etc. Essa diversidade comercial pode ser entendida como um fator remanescente da época de Cidade Livre, já que naquela época – fim da década de 50 – o reduto foi pensado justamente para atender à população migrante com todas as facilidades da vida cotidiana. Essa característica ainda permanece e, para muitos dos moradores locais, o comércio do NB é satisfatório não havendo inclusive necessidade de consumo em outra localidade do DF (fato que será melhor detalhado na seção seguinte).

Porém, o que se observa é que, não há nesses estabelecimentos anteriormente exemplificados nada que também não possa ser encontrado em outras RAs do DF. Não há nada de peculiar ou “endêmico”, sendo que muitos dos estabelecimentos são filiais de grandes redes comerciais que também estão presentes em outras cidades-satélites.

Fazendo um paralelo com a teoria de Santos (1979) e com o que o que foi discutido no tópico 2.2 (Cidade Livre/NB: uma expressão do circuito inferior da economia), podemos dizer que há uma coexistência - assim como no passado - entre estabelecimentos ligados ao circuito superior e inferior. Contudo, as atividades de cunho inferior são as mais numerosas, mais perceptíveis visualmente e as que mais atraem transeuntes. As atividades de cunho superior caracterizam-se, sobretudo, pelos bancos e grandes redes comerciais e que também não são peculiares ou de presença exclusiva no NB.

Na Avenida Central também podemos ver que a característica de deslocamento a pé da clientela se mantém. A disposição das principais ruas e avenidas do NB de forma reta não se alterou ao longo dos anos o que facilita a circulação entre estabelecimento para atividades de consumo. Além disso, outra característica que pouco se alterou e a quase inexistência de comércio atacadista, sendo o varejo, via de regra, o modo pelo qual as atividades se estabelecem. As lojas na Avenida Comercial não podem ser consideradas pequenas, mas é pouco provável que seus estoques comportem um comércio que não seja

varejista. Da mesma forma, o consumo é feito em pequena escala, fato evidenciado pelos transeuntes que pouco carregam em seu percurso.



Figura 18: Transeunte na Avenida Central do NB. Exemplo de consumo em pequena escala e de deslocamento facilmente feito à pé. Arquivo pessoal do autor. Data 26/07/14

Uma outra característica da época de Cidade Livre que pode, em partes, também ser considerada remanescente é o local de residência e de trabalho ser coincidente. Não que os donos dos empreendimentos comerciais residam no NB ou no mesmo lote. Mas o que pode ser percebido é que, ao longo de toda a extensão da Avenida Central, há pequenos apartamentos, quitinetes e cortiços nas sobrelojas.



Figura 19: habitações nas sobrelojas da Avenida Central do NB. Fonte: Arquivo pessoal do autor. 19/07/14

Outra característica remanescente do tempo de Cidade Livre e ainda vista no NB é o comércio de rua feito também por camelôs e vendedores ambulantes. De fato, o que se percebe quanto a essa questão é que, apesar da informalidade desse tipo de atividade, parece haver uma coexistência tranquila entre este tipo de comércio e o dos estabelecimentos comerciais formais da Avenida Central. Os produtos ofertados pelos ambulantes são de consumo em uma escala menor que nos estabelecimentos formais e, normalmente, se diferem dos ofertados pelos comerciantes, não havendo, ao menos pelo observado nas visitas a essa Avenida, algum tipo de concorrência desleal ou conflitos aparentes.



Figura 20: Ambulantes e camelôs na Avenida Central do NB. Nessa imagem é possível ver que seu comércio se situa em frente a um Banco, não havendo, dessa maneira, concorrência entre atividades similares.

Fonte: Arquivo pessoal do autor. Data 26/07/14

O segundo ponto de maior efervescência comercial do NB é o setor de oficinas. Em uma rápida observação, percebe-se que há um grande número de lojas (mais de 60) que oferecem serviços dos mais diversos: instalação se som automotivo, borracharias, instalação de películas, lojas de rodas esportivas, elétrica, alinhamento/balanceamento, etc. O fluxo de automóveis nesse setor (que na verdade é uma rua) é intenso assim como há, também, uma grande quantidade de veículos estacionados ao longo do local. Além disso, mesmo durante os finais de semana (sobretudo aos Sábados), a maioria dos estabelecimentos funciona.

O que se observa é que, apesar desse tipo de comércio e prestação de serviço ser, também, popular e fácil de encontrar em todo o DF, o local atrai uma clientela que transcende os habitantes locais. Devido à proximidade com o NB, pessoas providas de localidades como Park Way, Candângolandia e Riacho Fundo compõem uma grande parte da

clientela do setor de oficinas. Há também a questão da fidelização firmada entre o prestador de serviços e os fregueses que, muitas vezes, por questões de preferência e afinidade, continuam a utilizar esse tipo de comércio no NB.



Figura 21: Serviços e comércio no Setor de oficinas do NB. Fonte: Arquivo pessoal do autor. Data 19/07/14

Seguindo a linha hierárquica quanto à efervescência comercial, o terceiro local de maior movimento comercial é a Feira Permanente do NB. Nesse local, o comércio ocorre em função de produtos do gênero alimentício: venda de frutas, verduras, hortaliças e temperos; venda de animais vivos ou abatidos; queijos, mel, “garrafadas”, doces, castanhas e até panelas. Bares e restaurantes com comidas típicas do nordeste também estão presentes. Excetuando-se esse tipo de comércio, há alguns ateliês de costura, somente.



Figura 22: Comércio de frutas, verduras e hortaliças na Feira Permanente do NB. Fonte: Arquivo pessoal do autor. Data 26/07/14



Figura 23: Banca de doces, temperos e “garrafadas” na Feira Permanente do NB.  
 Fonte: Arquivo pessoal do autor. Data 19/07/14



Figura 24: Venda de queijos, mel, doces e frios na Feira Permanente do NB.  
 Fonte: Arquivo pessoal do autor.  
 Data 19/07/14

Apesar desses produtos serem, digamos, “alternativos” ou diferenciados dentro do gênero ao qual fazem parte, observa-se que seu comércio também não é endêmico ou exclusivo ao NB. Há diversas outras feiras que oferecem os mesmos tipos de produtos, tais como as Feiras Permanentes do Guará, Ceilandia e Cruzeiro ou mesmo da Torre de TV. Além disso, as dimensões da Feira Permanente do NB e o reduzido número de bancas (algumas

inclusive fechadas mesmo durante os finais de semana) não atraem um contingente de consumidores tão considerável.

O momento de maior circulação ocorre, sem dúvida, no horário do almoço quando muitos freqüentadores consomem as refeições servidas pelos bares e restaurantes e se concentram nas mesas localizadas no centro da feira. De fato este tipo de consumo é tradicional na feira. Muitos dos que consomem nesse local se dirigem para lá somente devido à oferta dos pratos e refeições servidos. Para exemplificar, cita-se o relato a seguir:

**M. P., 78 anos, morador do NB há 16 anos:**

Entrevistador: – O Senhor acha que vêm muita gente de fora do Bandeirante pra cá, pra consumir aqui?

M.P.: - O pessoal do Plano Piloto vem muito pra cá pra almoçar...aqui é tempo antigo, aqui tem aquelas comidas...



Figura 25: Freqüentadores dos bares e restaurantes da Feira Permanente do NB no horário do almoço. Fonte: Arquivo pessoal do autor. Data 20/07/14

Para finalizar a análise da Feira Permanente, deve-se ressaltar que o local sofre com a concorrência direta de uma grande rede de supermercados localizada exatamente à sua frente. Esse fator não é ruim para os residentes do NB já que este mercado é uma das maiores e mais completas opções de consumo da localidade. Porém, para os feirantes, tal concorrência é um fator de perda de clientela e, conseqüentemente, de importância local.



Figura 26: Concorrência entre a Feira Permanente do NB e uma grande rede de supermercados.  
 .Fonte: Arquivo pessoal do autor. Data 20/07/14

Por fim, o ultimo ponto comercial visitado foi o Mercado do NB, conhecido popularmente como “Mercadão”. Esse local remanesce dos tempos de Cidade Livre e pode ser considerado um símbolo da resistência da localidade. Assim como as construções existentes em Cidade Livre, o local era construído em madeira e foi alvo de incêndios ao longo de sua história. O espaço onde atualmente o Mercado se localiza foi viabilizado somente no fim da década de 70, sendo que sua localização inicial, de acordo com moradores mais antigos, era na Avenida Central.

O que se observou no local é que, independentemente do dia (tanto durante a semana como aos finais de semana), o local encontra-se muitíssimo inerte quanto a atividades comerciais. Poucos são os frequentadores, pouca é a visibilidade das bancas para a eventual clientela que circula em sua proximidade e poucos são os estabelecimentos que chamam a atenção com seus produtos. Além disso, há ainda muitas lojas fechadas. As mercadorias ofertadas são, essencialmente, artigos em couro (tais como, cintos, chapéus e botinas), vestuário de baixa qualidade característico de falsificações e produtos de mercearia. Esses últimos produtos citados sofrem uma concorrência de outros locais comerciais do NB, já que é possível consumir tais produtos também na Feira Permanente como na Avenida Central. Quanto aos primeiros, são produtos que também podem facilmente ser localizados em outras feiras do DF.



Figura 27: Exemplificação dos produtos vendidos no “Mercadão”. Itens feitos em couro e algumas roupas de baixa qualidade. Observa-se nessa imagem o pouco movimento em ambas as lojas, sendo que em uma delas é possível ver o proprietário sem fregueses para atender. Fonte: Arquivo pessoal do autor. Data 19/07/14



Figura 28: Mercearia localizada no “Mercadão”. Nessa imagem também é possível notar a pouca clientela. Fonte: Arquivo pessoal do autor. Data 19/07/14

Quanto aos serviços ofertados, o que mais chama a atenção é uma academia de ginástica localizada no ultimo andar no prédio. Esse estabelecimento, sobretudo em dias de semana, parece ser - juntamente com uma casa lotérica – os únicos que atraem uma freguesia mais relevante. Além desses, há alguns ateliês de costura e salões de beleza. Há também



alguns restaurantes no “Mercadão” e em uma viela na sua lateral. Porém, todos de porte pequeno e que também acabam por sofrer concorrência interna dos estabelecimentos da Feira Permanente e da Avenida Central. Nenhum dos estabelecimentos citados parece atender uma clientela que não seja a local.



Figura 29: Salão de Beleza no “Mercadão”. Nessa imagem também é possível visualizar que as lojas vizinhas estão fechadas e que há pouco movimento de frequentadores. Fonte: Arquivo pessoal do autor. Data 19/07/14



Figura 30: Ateliê de costura no “Mercadão”. Típico serviço prestado para a comunidade local. Fonte: Arquivo pessoal do autor. Data 19/07/14

#### 4.2.2 Análise da atual centralidade comercial do Núcleo Bandeirante a partir de entrevistas e conversas com freqüentadores

Para embasar o que foi observado empiricamente, foi utilizado também como metodologia, entrevistas realizadas com transeuntes nos quatro pontos anteriormente citados. As abordagens foram feitas de modo aleatório, tentando-se abranger a maior diversidade possível quanto às faixas etárias, gêneros e, sobretudo, local de residência dos freqüentadores. As entrevistas realizadas foram semi-estruturadas de modo que havia 5 perguntas básicas mas que possibilitavam flexibilizar as conversas para que fatos não pensados inicialmente pudessem ser objeto de uma eventual investigação. Além disso, o número breve apresentado de questões foi uma estratégia para que as entrevistas não cansassem os participantes motivando-os a colaborar com a pesquisa. As questões iniciais eram:

1. Você é morador do NB?
2. Em caso afirmativo, há quanto tempo? Em caso negativo, reside em qual RA?
3. Com que freqüência utiliza o comércio do NB e quais itens costuma consumir?
4. Em sua opinião, o comércio do NB é satisfatório ou existe necessidade de se dirigir para outro local para atividades de consumo?
5. Você gostaria que o NB tivesse mais força comercial, que fosse um centro mais importante no DF?

Baseado nessas perguntas iniciais e, dependendo das respostas dadas pelos participantes, outras questões aleatórias eram postas. A idéia era que as entrevistas tivessem de fato um tom de informalidade para que as pessoas não ficassem acanhadas em responder ou intimidadas em dar uma resposta esperada. Foram entrevistadas aproximadamente 40 transeuntes no período proposto, uma vez que trata-se de uma análise qualitativa.

Em termos numéricos, os transeuntes entrevistados eram basicamente moradores locais. Do total, apenas 7 não eram moradores do NB, sendo que, desse pequeno número, 2 entrevistadas ali estavam por questões empregatícias e aproveitaram a ocasião para utilizar o comércio local. Dentre os demais, havia moradores de Águas Claras, Lago Sul, Taguatinga Sul, Plano Piloto e Candangolândia. Entre os motivos apontados para o consumo realizado no NB, estavam questões de preferência, proximidade, menor preço e conhecimento

do local por ser ex-morador. Dentre os produtos mais consumidos por esses freqüentadores foram citados frutas, verduras, queijos e carnes.

Interessante notar que as localidades adjacentes do Riacho Fundo, Candangolândia e Park Way são citadas como as que mais utilizam o comércio do NB. Para confirmar, citar-se os relatos de dois moradores do NB na atualidade, mas que já habitaram nessas localidades vizinhas e de um morador do Plano Piloto que utiliza o comércio de modo eventual:

**Entrevistado Nº 01, 24 anos, morador do NB há 2 semanas:**

Entrevistador: - Você mora aqui no NB?

Entrevistado: - Moro há duas semanas.

Entrevistador: - E onde você morava antes.

Entrevistado: - Eu morava no Park Way.

Entrevistador: - Nesse período que você tá morando aqui, e também o período em que você morou no Park Way, você sempre usou o comércio do NB mesmo?

Entrevistado: - É, porque no Park Way não tem comércio local, então todo mundo procura o comércio daqui mesmo.

**Entrevistada Nº 02, 40 anos, moradora do NB há 20 anos**

Entrevistador: - Você gostaria, comercialmente falando, que o Bandeirante fosse mais forte, que fosse um centro maior?

Entrevistada: Não, eu acho que do jeito que ele tá é bem melhor por que é mais tranquilo. Sábado, por exemplo, eu já acho mais complicado estacionar, transitar...porque fica bastante movimentado porque as regionais aqui o Park Way, o Riacho Fundo...eles são carentes de comércio e banco...então acho que já tá de bom tamanho porque se não ele vai “bombar”!

Entrevistador: - Esse pessoal ai que você falou, do Riacho, da Candanga, do Park way, você acha que eles vêm muito aqui?

Entrevistada: Muito, muito mesmo. Muitas pessoas são... é assim: os bancos, por exemplo, a maioria das pessoas de lá são correntistas aqui porque é...o Riacho eu conheço pouco mas a Candanga que é mais perto aqui eles tem um único banco, pelo menos que eu conheço, que é o BRB. E o comércio de lá é muito pobre. Eu já morei lá um ano e eu sempre vinha...voltei pro Bandeirante porque tudo era aqui.

**Entrevistado Nº 03 , 64 anos, morador do Plano Pilonó**

Entrevistador: O que trás o senhor a usar o comércio aqui do NB?

Entrevistado: - A questão é a seguinte, o meu filho ele mora aqui pertinho, no Park Way, entendeu, aqui do outro lado aqui, então, como eu vou pra casa dele aí eu passo aqui e compro as coisas aqui [...].

Entrevistador: - O senhor mencionou que o senhor está indo pra casa do seu filho. O seu filho enquanto morador do Park Way, o senhor sabe me dizer se ele também usa mais o comércio daqui, porque lá no Park Way não tem né ?

Entrevistado: - Não, é... as coisas do dia-a-dia ele compra tudo aqui.

Entrevistador: - Tudo aqui né?

Entrevistado: - Tudo aqui no Bandeirante.

Já para os moradores do NB, de um modo geral, o comércio do local é satisfatório, não havendo necessidade de deslocamento para outra RA para atividades de consumo. Mas, quando há, muitos dos moradores citam um Shopping Center próximo localizado as margens da rodovia EPIA (Estrada Parque Industria e Abastecimento). Para exemplificar esse ponto, cita-se outros relatos:

**Entrevistado N° 04, 47 anos, morador do NB há 13 anos:**

Entrevistador: - Você como morador, você acha o comércio do NB satisfatório ou não?

Entrevistado: - Eu acho sim, acho completo. Aqui tudo o que você procura você encontra né? [...] diversas lojas, tem varias opções...eu acho excelente!

**Entrevistado N° 05, 32 anos, nascido e criado no NB:**

Entrevistador: - Você enquanto morador, nascido e criado aqui, você acha que o comércio daqui é satisfatório?

Entrevistado: - Com certeza, perto de tudo, tem de tudo aqui, padaria,mercado, bares, restaurantes...

Entrevistador: - Você não tem necessidade de sair daqui pra usar o comércio de outro lugar não? Você encontra tudo aqui mesmo ou tem alguma coisa que te falta?

Entrevistado: Não, não. Aqui tudo é bem acessível, ta tudo perto então não precisa tá saindo pra comprar coisas fora.

Ainda quanto aos moradores locais, um fato interessante de ser ressaltado é que, para a maioria, não seria interessante que o NB fosse um centro comercial maior, com mais força. Ao contrário do ocorrido à época de Cidade Livre quando a localidade era o centro abastecedor do DF, muitos moradores não se importam com essa perda de importância e não desejariam um aumento do local enquanto centro comercial. Interessante notar também

que esse aspecto é visto de modo semelhante por pessoas de faixas etárias distintas, mesmo dos entrevistados mais idosos aos mais jovens. Para confirmar, cita-se alguns moradores:

**Entrevistado N° 06, 78 anos, morador do NB há 16 anos:**

Entrevistador: – O senhor queria, o senhor acha que seria interessante se o Bandeirante fosse comercialmente mais forte [...], se fosse um centro maior?

Entrevistado: - Não, é...quanto mais movimento maior mais a cidade fica...perigosa.

Entrevistador: – Então o senhor acha que se fosse um centro maior ia acabar trazendo mais problemas pra cidade?

Entrevistado: - Mais problema pra cidade.

**Entrevistado N° 04, 47 anos, morador do NB há 13 anos:**

Entrevistador: - Você enquanto morador aqui no NB, você gostaria que aqui fosse um centro maior comercialmente falando?

Entrevistado: - Não, não, não. A cidade aqui guarda aquele charme do interior né, todo mundo se conhece né, isso que torna o Bandeirante uma cidade tão gostosa de se viver.

**Entrevistada N° 07, 23 anos, moradora do NB há 5 anos:**

Entrevistador: – você acha que se o NB fosse um centro maior (a exemplo de Taguatinga, Ceilandia) se tivesse um comércio mais forte, você gostaria que isso acontecesse , que fosse um centro maior ou você acha que não?

Entrevistada: - Não, pelo contrário gosto muito do Bandeirante por ele ser pequeno e ai como uma cidade de interior pra gente. Tem o comércio mas é uma cidade de interior, mais tranqüila, mais passiva...melhor do que aqueles grandes centros gigantescos com muito comércio, muito barulho...não, prefiro assim.

Percebe-se por esses relatos que, para os moradores do NB, a característica “interiorana” e familiar do local é um fator positivo, sendo até mais relevante do que a importância comercial perdida ao longo das décadas. Para os frequentadores externos, os motivos de consumo no NB são de ordem pessoal e individual, não sendo, portanto, uma necessidade imposta pelo quadro comercial existente no DF contemporâneo como foi outrora.

## 5 CONCLUSÕES ACERCA DA ATUAL CENTRALIDADE COMERCIAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE

De acordo com o que foi observado nas visitas a localidade do NB e em conjunto com o que foi conversado com os transeuntes, percebe-se que, a centralidade ocorrida à época de Cidade Livre não remanesce na atualidade ocorrendo apenas uma centralidade introvertida.

Esse fato pode ser evidenciado pelos tipos de produtos e serviços ofertados nos principais pontos comerciais do local. Não é um tipo de comércio peculiar ou exclusivo da região. Muito do que é ofertado no local é característico de comércios de bairros quaisquer e atende, em geral, somente as demandas do dia-a-dia da população local. A prevalência de comércios típicos do circuito inferior da economia - utilizado, essencialmente, em pequena escala - evidencia que, numa escala ampliada para o DF, o NB não apresenta a importância que teve outrora enquanto reduto abastecedor. Esse tipo de consumo se estende a outras cidades-satélites num processo de *multicentralização* ocorrido com a expansão dos aglomerados urbanos do DF não havendo, de modo geral, necessidade de deslocamento para o NB para atividades de consumo por habitantes de outras localidades (principalmente localidades mais distantes).

Há poucos produtos e serviços de cunho inferior que atraem uma clientela que transcende os limites da localidade, sendo que, muitos deles, continuam a ser consumidos mais pela tradição e fidelidade de fregueses antigos. Destacam-se, nesse sentido, os produtos do gênero alimentício da Feira Permanente e dos serviços prestados no Setor de Oficinas. Contudo, enfatiza-se que tais localidades concorrem com outros locais que oferecem esse mesmo tipo de comércio por todo o DF. Os produtos e serviços ofertados que estão relacionados ao circuito superior são menos numerosos, mas, também, estão presentes em outras RAs, não sendo um tipo de comércio que atenda a população da capital como um todo. Grandes redes comerciais e bancos são o destaque desse circuito na localidade, mas, por serem estabelecimentos frequentes no DF, isso colabora com a introversão do NB.

Dentre os frequentadores externos que contribuem para que ainda haja alguma centralidade no local – ainda que muitíssimo reduzida - destacam-se os habitantes do Riacho Fundo, Candangolândia e Park Way. A proximidade desses locais ao NB, combinado a um comércio local insuficiente ou inexistente, são os fatores que acarretam as atividades de consumo por parte de seus moradores nessa localidade vizinha. Excetuando-se a clientela desses locais, poucos são os transeuntes dos pontos comerciais do NB que não são habitantes

locais. E, dentre esses poucos, as motivações para consumo no NB são de ordem pessoal e individual, e não devido a uma dependência ou centralidade exercida pela localidade.

Além disso, apesar da aparência inicial, o grande fluxo de transeuntes e a densidade de estabelecimentos comerciais no principal ponto comercial do NB – a Avenida Central – não caracterizam uma centralidade por si só. O que ocorre é que por ser uma RA de pequenas dimensões, a maior parte dos estabelecimentos comerciais permaneceram concentrados nessa parte da localidade desde os tempos de Cidade Livre não se difundindo para todas as áreas. A pequena dimensão, alias, que além de ser um aspecto do próprio NB, é também característica do Mercado e da Feira Permanente, fato que também impossibilita apontar tais locais como centrais no contexto do DF. Também leva-se em consideração que, os produtos ofertados em tais locais – gêneros alimentícios, vestuário e utensílios, principalmente - sofrem concorrência de estabelecimentos semelhantes de várias cidades-satélites.

Já para os moradores do NB, não parece haver um sentimento negativo quanto ao fato da localidade ter se introvertido em matéria comercial. Os problemas decorrentes de centros maiores e com maior fluxo são vistos como aspectos que atrapalhariam o estilo de vida “interiorano” da cidade. Aumento da violência, mais barulho e maior tráfego de veículos são apontados como problemas que se manifestariam caso a centralidade comercial do local fosse ampliada. Dessa maneira, a importância econômica é um atributo secundário, sendo preferível a qualidade de vida vivenciada no local.

Portando, conclui-se que, diferentemente dos tempos de Cidade Livre quando a centralidade local era extrovertida, o NB apresenta uma centralidade tímida e introvertida. A centralidade pretérita estava relacionada com a necessidade de consumo e de prestação de serviços em uma região pouquíssimo povoada. Por não haver aglomerados urbanos no DF àquela época, Cidade Livre detinha de modo exclusivo, os fluxos, mas, com a evolução urbana do DF, perdeu força ao longo das décadas. A criação de outras cidades-satélites mais distantes da localidade fez com que processos de *multicentralização* ocorressem não havendo mais necessidade e precisão de consumo no local por parte da população do DF.

Na atualidade, a centralidade do NB é restrita as RAs adjacentes e a poucos frequentadores fies. A centralidade do local analisada numa escala mais ampla mostra que aquilo que antes era ofertado de modo exclusivo hoje é freqüente e popular no DF, não podendo mais apontar o NB como dinamizador da economia da capital hoje consolidada e nem como ponto de convergência da população do DF.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho objetivou tratar da história não só de Cidade Livre, atual Núcleo Bandeirante, bem como de Brasília e, por que não, do Brasil. A tradição cultural e o sistema educacional brasileiro tendem a contar a história do país somente pelo viés da mitificação de figuras célebres e da exacerbação de determinados momentos “históricos”. O risco dessa história assim contada é o enaltecimento de determinados personagens e lugares, a glorificação não merecida de outros e, principalmente, o completo esquecimento da maioria dos que, de fato, ajudaram a produzir a história do Brasil.

Nessa conjuntura, a função dos cientistas sociais – não só dos historiadores, mas, também, antropólogos, sociólogos e geógrafos, etc - é resgatar a História por trás da História e dar voz aos personagens ocultados pelos discursos oficiais os quais se perpetuam geração após geração.

No caso da construção de Brasília – que é, sem dúvida, um importantíssimo acontecimento ligado a história urbana do Brasil – muito se fala, muito se ouve e muito se estuda sobre a façanha de Juscelino Kubitscheck e seus célebres colaboradores – Oscar Niemayer, Israel Pinheiro, Bernardo Sayão, etc – mas pouco é sabido sobre os candangos, sobre os chamados “titãs anônimos” e “bandeirantes do século XX”.

Da mesma maneira, quando se fala em Brasília ou quando se vende uma imagem da capital brasileira, normalmente se fala de sua arquitetura, de seu plano urbanístico e de seus monumentos modernos, como se a cidade se limitasse a esses elementos e por mais superficial que isso seja para dialogar com suas “distopias”.

O intuito aqui foi resgatar alguns capítulos não contados e não ensinados para a população. Muito do que aqui foi discutido não é sequer sabido por moradores “nascidos e criados” no DF e, como dito pelo próprio JK, “as gerações futuras desejarão saber tudo o que aconteceu na Capital da Esperança”.

Sendo assim, como profetizado por JK, aqui encontra-se um representante das gerações futuras que não quer somente saber, mas colaborar para que outros também saibam de alguns episódios ocorridos na “Capital da Esperança”.



## BIBLIOGRAFIA

ABREU, Maurício. *Sobre a memória das cidades*. In *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. CARLOS, Ana Fani Alessandri. SOUZA, Marcelo Lopes de. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Organizadores). 1.ed., 2ª impressão. São Paulo: Contexto, 2013.

BENEVIDES, Maria Vistoria de Mesquita. *O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. 302p

CAMPOS, Neio. *A produção da segregação residencial em cidade planejada*. Dissertação de mestrado. UnB. Brasília, 1988.

CARDOSO, Dora Beatriz Santos. *O plano de metas de Juscelino Kubitschek e sua repercussão política*. Brasília, 1987. Dissertação. Área de contração: história política do Brasil. Universidade de Brasília.

CORBISIER, Roland. *Brasília e o desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro, 1960. 100p

CORRÊA, Roberto Lobato. *Sobre agentes sociais, escalas e produção do espaço: um texto para discussão*. In *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. CARLOS, Ana Fani Alessandri SOUZA; Marcelo Lopes de.; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Organizadores). 1.ed., 2ª impressão. São Paulo: Contexto, 2013

COSTA, Everaldo Batista da; PELUSO, Marília Luiza. *Territórios da memória candanga na construção da capital (1956-1971)*. In: Acervo digital do XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.simpurb2013.com.br>>

FERREIRA, Ignez C. B. *O processo de urbanização e a produção do espaço metropolitano de Brasília*. In *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão* Aldo Pavani (org.) Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 2010. 392p.

HOLSTON, James. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. Tradução: Marcelo Coelho. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

KAISER, B. *O geógrafo e a pesquisa de campo*. In: Boletim Paulista de Geografia, Seção São Paulo, Nº 84. São Paulo: AGB, 2006.

LACERDA, Cesar Trajano de. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2000. 16p.

MARANHÃO, Ricardo. *O governo Juscelino Kubistchek*. Ed Brasiliense, 1982. P.31-43

OLIVEIRA, Carlos Alberto. *JK: cinquenta anos de progresso em cinco de governo*. Belo horizonte: MercadoComum, 2006. 672p.

OLIVEIRA, Tony Marcelo G. *A erradicação da Vila IAPI: marcas do processo de formação do espaço urbano de Brasília*. Dissertação de mestrado. Brasília: Instituto de Humanas: Departamento de Geografia: UnB, 2007.

PINTAUDI, Silvana Maria. *A cidade e as formas de comércio*. In *Novos caminhos da geografia*. CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.) 6ªed., 1ª reimpressão. São Paulo: contexto, 2013.

\_\_\_\_\_, Silvana Maria. *Anotações sobre o espaço do comércio e do consumo*. In: CARRERAS, Carles; Suzana Mara Miranda Pacheco. (Org.). *Cidade e Comércio - a rua comercial na perspectiva internacional*. 1 ed. Rio de Janeiro: Armazém das Letras, 2009, v. 1, p. 55-62.)

\_\_\_\_\_, Silvana Maria. *Para uma leitura das formas de comércio varejista na cidade*. In: CIDADES: Revista científica/ Grupo de Estudos Urbanos – vol.1, n.1, 2004. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2004 – v.7., n.11; 23cm., Il.

PONTES, Antônio de Paula. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2000. 18p.

SALGUEIRO, Teresa Barata; CACHINHO, Herculano. *As Relações Cidade - Comércio: dinâmicas de evolução e modelos interpretativos*. In: Apontamentos de Geografia. Lisboa, 2006

SANTOS, Milton. *Economia espacial: críticas e alternativas*. Tradução: Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi. 2ª ed., 1ª reimpr. – São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Tradução: Myrna T. Rego Viana. Rio de Janeiro, 1979.

SERPA, Ângelo. *Lugar e centralidade em um contexto metropolitano*. In: A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. CARLOS, Ana Fani Alessandri. SOUZA, Marcelo Lopes de. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Organizadores). 1.ed., 2ª impressão. São Paulo: Contexto, 2013.

SILVA, Hélio Mendes da . *De “espaço provisório” a um lugar de experiência identitária: paisagem cotidiana, práticas e representações Núcleo Bandeirante/Cidade Livre/NB (anos 50 do séc. XX – tempo presente)*. Brasília, 2011. Universidade de Brasília, programa de pós-graduação em História. 103p.

SILVA, Oséias Teixeira da. *O conceito de centro e centralidade como um instrumento de compreensão da realidade urbana*. In: Acervo digital do XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.simpurb2013.com.br>>

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais*. . In: A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. CARLOS, Ana Fani Alessandri. De SOUZA, Marcelo Lopes. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Organizadores). 1.ed., 2ª impressão. São Paulo: Contexto, 2013.

TEIXEIRA, Hermes Aquino. *Brasília: o outro lado da utopia; 1956-1960*. Brasília, 1982.

VASCONVELOS, Adirson. *As cidades satélites de Brasília*. Brasília, 1988, 372p